



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

Emanuela de Freitas

**A RELAÇÃO ENTRE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E ESTUDANTES DA
EDUCAÇÃO ESPECIAL: O QUE OS DOCUMENTOS DA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO DE FLORIANÓPOLIS TÊM A NOS DIZER?**

Florianópolis, SC.

2023

Emanuela de Freitas

**A RELAÇÃO ENTRE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E ESTUDANTES DA
EDUCAÇÃO ESPECIAL: O QUE OS DOCUMENTOS DA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO DE FLORIANÓPOLIS TÊM A NOS DIZER?**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Pedagogia do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dra Jocemara Triches
Coorientadora: Prof^a Dra Kamille Vaz

Florianópolis, SC.

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Freitas, Emanuela de

A relação entre orientação educacional e estudantes da educação especial: o que os documentos da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis têm a nos dizer? / Emanuela de Freitas ; orientadora, Jocemara Triches, coorientadora, Kamille Vaz, 2023.

100 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Graduação em Pedagogia, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Pedagogia. 2. Orientação Educacional. 3. Educação Especial. I. Triches, Jocemara. II. Vaz, Kamille. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Pedagogia. IV. Título.

Emanuela de Freitas

**A RELAÇÃO ENTRE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO
ESPECIAL: O QUE OS DOCUMENTOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE
FLORIANÓPOLIS TÊM A NOS DIZER?**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Licenciada e aprovado em sua forma final pelo Curso de Pedagogia.

Florianópolis, 23 de junho de 2023.

Simone Vieira de Souza
Coordenadora do Curso de Pedagogia

Banca examinadora

Prof^a Jocemara Triches, Dra.
Orientadora
UFSC

Prof^a Kamille Vaz, Dra.
Coorientadora
FaE/UFMG

Prof^a Karine de Souza Leandro, Ma.
Rede Municipal de Ensino de Florianópolis

Prof^a Ruth Mary Pereira dos Santos, Ma.
Rede Municipal de Ensino de Florianópolis

Prof^a Daieli Althaus, Ma.
Colégio de Aplicação/UFSC

Prof^a Maria Aparecida Lapa de Aguiar, Dra.
UFSC
Membro Suplente

Florianópolis, 2023.

AGRADECIMENTOS

Arrisco em dizer que este tópico é um dos mais importantes de um TCC, e que por vezes pode ser deixado de lado, por pensarmos que o conteúdo referente ao recorte temático que escolhemos é somente o que importa. De fato, sem ele o TCC não pode ser feito, afinal está é umas razões pelas quais escrevemos um trabalho de conclusão de curso. Porém, mencionar quem nos ajudou durante este processo é tão importante quanto. Apesar de o trabalho de conclusão ser individual, de cada graduando, pessoas o ajudaram, a começar pelo/a orientador/a do trabalho, mas não somente. Há muitas pessoas que passam pelas nossas vidas durante os anos da graduação – e para além dela, desde o momento em que nascemos. Há quem passou, atrapalhou e foi embora, mas também há quem passou, ficou e nos ajudou muito! É sobre estas pessoas que quero dedicar estes agradecimentos.

Escrever os agradecimentos do TCC é de uma sensibilidade tão grande e muito significativa, precisa ser pensado e escrito, acima de tudo com muito respeito – e procurei ter este cuidado durante a escrita. Desde o momento em que minha temática foi afunilando-se comecei a rascunhar os agradecimentos e a partir daí, a cada dia, ia o aperfeiçoando, tomando o cuidado de citar as pessoas que realmente foram importantes para mim durante todo este processo de formação acadêmica e de formação para a vida.

Os anos que passamos dentro da academia são desafiadores e podem até nos adoecer, ao passo que é dentro da academia também, que aprendemos a nos conhecer. Conhecemos nossos limites, o que gostamos e o que não gostamos, aprendemos que os tempos são diferentes, que os processos de aprendizagem são diferentes, que a vida de cada um é diferente. Amadurecemos dentro da academia. Nos vêm o cansaço, o desânimo, a insatisfação, as incertezas, mas também nos vêm as amizades, os sorrisos, as descobertas, os aprendizados, a descontração. A graduação não é fácil, mas já pensou se não tivéssemos pessoas ao nosso lado? Se fossemos sozinhos, sem qualquer ajuda?

Assim, faço um agradecimento especial ao Curso de Pedagogia da UFSC que me ensinou o que é o amor pela educação e o que é amar a arte de lecionar, o ato da docência.

Este trabalho de conclusão de curso é uma tentativa de síntese, expressando o meu amor pela educação, pela modalidade da educação especial e o amor que tenho pela docência. O curso é amplo, muitos são os assuntos, muitos são os professores, muitos são os colegas. É difícil elencar todos os aprendizados que tive ao longo destes 4 anos e meio. Cada momento foi importante, cada aula, cada professor, apesar de desafiador, foi tudo muito importante e significativo. O desafio esteve presente até na escolha do recorte temático para este trabalho – que apresentarei mais a frente como se deu esse processo – pois muitos são os assuntos e discussões que podem ser feitas dentro da área da educação e do Curso.

À Deus, por estar ao meu lado, por me abençoar todos os dias. Agradeço por todos os momentos em que se colocou na minha vida, por todos os caminhos que trilhei. Agradeço também aos momentos que tropecei, errei, mas que com a ajuda Dele, levantei e tive forças para continuar.

Aos meus pais, que sempre estiveram presentes em todos os momentos da minha vida e que não mediram esforços para me ajudar – tenho a certeza que continuarão a fazer isto. Nossa família é muito harmoniosa e unida e eu amo e me orgulho muito disso! Obrigada por tudo o que já passou e pelo que há de vir, mãe e pai.

Meus agradecimentos agora são direcionados à Sinai Souza, que foi minha coordenadora quando estava no Ensino Fundamental II (do começo de 2010 até o final de 2013). Durante estes longos 4 anos foi uma das pessoas mais importantes para mim. Emociono-me ao escrever isso, pois a Sinai foi a pessoa que eu mais precisava naquele momento e eu só fui entender isso depois. Ela me ajudou a superar muitos obstáculos, me fez ser uma pessoa mais forte e em momentos delicados me deu seu ombro para chorar. Talvez ela nem imagine, mas é a pessoa mais excepcional que eu já conheci e por isto tem um lugar muito especial guardado no meu coração.

À minha melhor amiga, Luiza, que tem estado presente na minha vida desde 2014, quando nos conhecemos no ensino médio. Nossa amizade foi crescendo e se fortalecendo pouco a pouco. Hoje na graduação, cada qual na sua área, continuamos nos apoiando e nos incentivando a correr atrás dos nossos sonhos.

Às minhas colegas de graduação e amigas, Aline, Christiane e Emily. Nos conhecemos desde o começo do Curso e nossa amizade permanece até hoje. Rimos, nos divertimos, choramos e também servimos de suporte umas às outras. A

graduação se tornou um pouquinho mais fácil graças a nossa amizade, pois não soltamos as mãos, nos mantivemos firmes e fortes.

À Gabriela e à Alice, duas grandes amigas que a graduação também me presenteou. Apesar de estarmos um pouquinho longe fisicamente agora – já que a Gabi foi explorar o mundo morando na Áustria e a Alice voltou a morar na Bahia, construindo sua vida por lá –, tenho certeza que a nossa amizade permanecerá por muito tempo ainda, e não há distância que nos diga o contrário.

À professora Jocemara Triches, orientadora deste trabalho, por quem tenho total carinho e admiração. Nossos caminhos se cruzaram, primeiramente, quando eu estava no berçário e a Joce estava tendo o seu primeiro trabalho como professora. E o universo encarregou-se de cruzar nossos caminhos novamente, agora no ensino superior. Quando estava na segunda fase do curso de Pedagogia, cursando a disciplina “Organização dos Processos Educativos I”, lá estava a Joce, sendo, novamente a minha professora. E agora, para finalizar, nesta etapa da graduação, a Joce está aqui outra vez. Agradeço por aceitar orientar este trabalho, sem o seu sim isto não seria possível.

À professora Kamille Vaz, que aceitou também fazer parte deste trabalho como coorientadora. Eu a conheci em 2022, por indicação da orientadora do trabalho, que afirmou que seria interessante contarmos com a participação da Professora Kamille, posto que a sua formação e atuação vai ao encontro da temática. A professora Kamille veio para agregar muito, todo o seu conhecimento e ajuda foi muito importante para a realização de mais esta etapa da graduação.

Aos professores que tive ao longo da graduação que contribuíram para a minha formação enquanto graduanda. Destaco aqui alguns nomes por quem tenho um carinho especial: Simone, Mauro, Jocemara, Patrícia de Moraes Lima, Carolina Picchetti Nascimento, Adir, Maria Aparecida e Izabel Christine Seara. Estes me fizeram acreditar na educação, reafirmando tamanha a importância de um professor na vida de seus alunos.

Às professoras da banca, Daieli Althaus, Karine de Souza Leandro, Maria Aparecida Lapa de Aguiar e Ruth Mary Pereira dos Santos, por terem aceito o convite e estarem compondo a banca de avaliação do trabalho. Agradeço pela leitura e por todas as contribuições feitas ao meu TCC.

Às professoras do Colégio de Aplicação, onde fiz o estágio não-obrigatório como bolsista da acessibilidade, acompanhando estudantes público-alvo da

Educação Especial. Daieli, Luana, Renata, Ciriane, Fernanda e Geovana, vocês me fizeram perceber que a minha grande paixão é a educação especial. É um processo de docência diferente, em que é possível se encantar a cada dia, a cada momento. É uma outra forma de aprender e de ensinar. É o lugar em que quero estar, onde me vejo atuando enquanto professora e é o que eu amo fazer, sendo essa uma das razões pela escolha da temática do trabalho.

Em especial, agradeço à Prof^a Daieli Althaus, por ter sido a minha supervisora durante este período do estágio não-obrigatório, pois sempre esteve disposta a ensinar o que eu não sabia, a responder a todas as minhas dúvidas e também sempre me incentivou a correr atrás da minha felicidade e dos meus sonhos. Construímos uma relação de muito respeito, carinho, confiança e amizade. Nossa parceria deu muito certo. Tenho certeza que essa relação de amizade que construímos irá continuar e um dia estaremos trabalhando juntas, lado a lado.

Aos alunos público-alvo da Educação Especial, pelos quais pude acompanhar durante o estágio não-obrigatório, no Colégio de Aplicação. Estudantes com autismo, paralisia cerebral, síndrome de down e entre outras deficiências e transtornos. Eles me ensinaram a ser uma pessoa muito mais tolerante; me ensinaram que cada um tem um tempo e um espaço diferente e que os processos de aprendizagem são completamente diferentes. Cada um aprende à sua maneira, como quer e pode, com quem quer, onde quer e quando quer e isso SIM deve ser respeitado.

À Geisielen, professora surda que leciona a disciplina de libras no Colégio de Aplicação e que ao longo do ano de 2022 me ensinou a Língua Brasileira de Sinais. A Libras sempre foi uma das minhas paixões e com sua ajuda pude aprender e agregar um pouco mais de conhecimento.

Por fim, agradeço mais algumas pessoas que mesmo indiretamente contribuíram para a minha formação e fizeram esta jornada ser um pouco mais fácil: às minhas amigas Ana, Bruna e Larissa; às professoras da educação infantil que conheço e que me incentivaram a seguir a profissão; à Adriana, Ethel, Greicy, Luana e Silvia; à minha psicóloga, Carol, por ajudar no meu processo de autoconhecimento.

RESUMO

A presente pesquisa busca conhecer a relação do trabalho da orientação educacional para com os estudantes da educação especial, tendo como base os documentos da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, especialmente editais de concurso e processos seletivos dos anos de 2019 a 2023. Tem como objetivo central compreender o papel, os limites e as possibilidades do trabalho da orientação educacional para com os estudantes mencionados na referida Rede. Os objetivos específicos da pesquisa consistiram, principalmente em: conhecer a história da orientação educacional; conhecer a organização da educação especial na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis; mapear as atribuições do/a orientador/a educacional. As principais perguntas que motivaram esta pesquisa foram: como está organizado o trabalho da orientação educacional no Brasil e, em especial, na Rede Municipal?; quais documentos oficiais da Rede apresentam o trabalho da orientação e do AEE? que articulações são possíveis entre esses dois setores?; de que forma a orientação educacional pode e deve ajudar na inclusão de estudantes da educação especial?; quais são os limites e possibilidades do seu trabalho para com esses estudantes?; Para que tais objetivos e questões fossem atingidos a pesquisa começou por contextualizar a orientação educacional e tudo o que a ela está relacionada, desde a década de 1920 até os dias atuais; na sequência apresentei a educação especial levando em consideração sua organização na Rede Municipal e as determinações na política nacional; posteriormente, a partir levantamento documental feito na Secretaria de Educação, fiz análise de quatro documentos, dialogando entre as atribuições do/a orientador/a educacional, do/a professor/a do atendimento educacional especializado e do/a professor/a auxiliar de educação especial. Não encontrei documentos que tratem da relação supracitada de forma explícita, mas a partir das atribuições dos profissionais identifiquei aproximações e possibilidades de trabalhos integrados, pensando no fortalecimento das relações e do processo de aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial.

Palavras-chave: Orientação educacional (OE); educação especial; atendimento educacional especializado (AEE); escola de educação básica; Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha do tempo da orientação educacional no Brasil, de 1920 aos dias atuais.....	24
Figura 2 - Print da Homepage da PMF na qual foi feito o levantamento documental	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese da história da orientação educacional - 1920 aos dias atuais	35
Quadro 2 - Mudança da prática da orientação educacional ao longo da história	38
Quadro 3 - A orientação educacional e a educação especial no Plano de Mobilização Social pela Educação (BRASIL, 2008)	45
Quadro 4 - Atribuições dos profissionais da OE e da Educação Especial que atuam na RMEF, 2019-2023	73
Quadro 5 - Levantamento documental referente a orientação educacional na RMEF	89
Quadro 6 - Levantamento documental referente a educação especial na RMEF	90
Quadro 7 - Documentos referente a contratação de profissionais da OE e da EE na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.....	96
Quadro 8 - Atribuições dos profissionais da OE e da EE previstas na RMEF	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de estudantes matriculados no 1º semestre de 2022 na RMEF, por etapa, modalidade de ensino e deficiências.....	53
Tabela 2 - Número de matrículas da educação especial em 2022 no Brasil.....	100
Tabela 3 - Número de matrículas da educação especial em 2022 em Florianópolis	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAE – Associação Brasileira de Educação

ACT – Admissão de Professores em Caráter Temporário

AEE – Atendimento Educacional Especializado

ANDE – Associação Nacional de Educação

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em educação

CEDES – Centro de Eventos e Sociedade

CAP – Centro de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual

EE – Educação Especial

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

OE – Orientação Educacional

PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis

PNEEPEI – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação
Inclusiva

RMEF – Rede Municipal de Ensino de Florianópolis

SC – Santa Catarina

SMs – Salas Multimeios

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TEA – Transtorno do Espectro Autista

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 JUSTIFICATIVA	15
1.2. OBJETIVOS	18
1.3 CAMINHO METODOLÓGICO.....	18
2. ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL: CONTEXTO HISTÓRICO E ATRIBUIÇÕES	22
2.1 PERÍODOS HISTÓRICOS DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL.....	23
2.1.1 Período Implementador – 1920 a 1941	25
2.1.2 Período Institucional – 1942 a 1960.....	29
2.1.3 Período Transformador – 1961 a 1970	30
2.1.4 Período Disciplinar – 1971 a 1980	31
2.1.5 Período Questionador – 1981 a 1990	32
2.1.6 Período Orientador – A partir de 1990 aos dias atuais.....	33
2.2 A PRÁTICA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL: ATRIBUIÇÕES.....	39
2.2.1 A Orientação Educacional e o trabalho com a família.....	43
2.2.2 A Orientação Educacional e o trabalho com a inclusão	47
3. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS	50
3.1 ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA RMEF.....	54
3.2 OS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA RMEF ..	60
4. A RELAÇÃO ENTRE A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	67
4.1 A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS	69
4.2 AS ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA RMEF: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS	72
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	83
APÊNDICES	89

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) busca relacionar dois subtemas da área da educação: a orientação educacional (OE) e a educação especial (EE). Ao longo da pesquisa, discorro sobre esta relação na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF). Para tal, a pesquisa precisou ser dividida em algumas seções, para que estes temas pudessem ser apresentados e, posteriormente, essa relação fosse abordada.

A orientação educacional, criada no Brasil em 1920 é uma função ainda presente em muitas escolas de educação básica do país e sua história está relacionada ao Curso de Pedagogia. Originalmente tinha como função a orientação vocacional, um serviço que ajudaria os alunos a escolherem uma profissão. Era uma época onde a orientação estava muito voltada para o mercado de trabalho. Também ficou bem conhecida por ser uma profissão que resolveria o problema dos alunos e este, os alunos problemas, eram um dos seus objetivos principais (FERREIRA, 2012; BENTES, 2009; GRINSPUN, 2008; 2011). Na próxima seção aprofundarei sobre o/a orientador/a educacional, apresentando sobre quem é este profissional, sua história, funções e objetivos.

O outro tema importante deste trabalho é a modalidade de Educação Especial. A lei que determina a educação especial como uma modalidade de ensino a define:

Art. 3º Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001, p. 1).

Mais recentemente, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), publicada em 07 de janeiro de 2008, define a educação especial como:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse

atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008, p. 16).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), segundo a PNEEPEI (2008), é um serviço que complementa o ensino da classe comum, acontecendo no contraturno escolar, e é oferecido para os estudantes público-alvo da educação especial, sendo eles: estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Em síntese, o AEE complementa e apoia o ensino da classe comum e tem por objetivo, além de identificar e elaborar recursos pedagógicos para estes estudantes, eliminar as barreiras de aprendizagem por eles encontradas.

1.1 JUSTIFICATIVA

O tema do TCC era algo que sempre esteve presente na minha mente desde o primeiro dia da graduação. A cada aula os professores abordavam assuntos interessantíssimos, que me chamavam a atenção, me fazendo pensar “isto daria um ótimo tema para o TCC”. Na metade da graduação já tinha chegado à conclusão que se fossemos escolher todos os tópicos que os professores abordam em aula provavelmente passaríamos a vida toda fazendo e não terminaríamos um TCC.

Ao cursar a disciplina de Pesquisa em Educação II, na sexta fase, comecei a afunilar meus interesses em temáticas para o trabalho. E no decorrer deste processo, percebi que as disciplinas referentes à Organização Escolar me foram muito significativas, pois me identificava muito com os assuntos abordados. Sendo assim, a temática do trabalho já estava definindo-se um pouco, mesmo ainda não tendo claro um objeto de pesquisa.

A visão e a vivência que tenho dentro da escola é como aluna, acompanhando professoras na família e, agora, mais recentemente atuando como tal. Minha mãe é professora e tive a oportunidade de estagiar em alguns momentos como docente, podendo assim vivenciar essa perspectiva dentro da escola. Mas, sempre tive curiosidade em saber como a escola funciona a partir do trabalho de diretores, coordenadores, orientadores e do setor administrativo. A vivência destes outros profissionais me instigava muito a entender e saber o que faziam no dia a dia dentro

da escola. Me questionava: o que faz um coordenador pedagógico? Quais as funções do diretor escolar dentro das instituições? Quais profissionais fazem parte da coordenação pedagógica? Os profissionais da coordenação pedagógica trabalham de forma integrada? Como acontece este trabalho?

Neste meio tempo consegui uma vaga de estágio não-obrigatório no Colégio de Aplicação da UFSC, acompanhando estudantes público-alvo da Educação Especial. Fui estagiária acompanhando um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) do Ensino Fundamental I, o acompanhei durante o 4º e 5º ano. Essa experiência foi muito marcante na minha carreira profissional e senti muita empolgação quando comecei a vivenciar a educação especial. É uma outra forma de se ver a docência. O ato de ser professor da educação especial é muito diferente, pois você aprende a olhar o aluno diferente. Aprende que os tempos e os espaços de aprendizagem de cada um são diferentes e isso precisa ser respeitado. A EE me cativou de uma maneira inexplicável com desejo de continuar os estudos e formação na área.

A escolha por compreender o trabalho da orientação educacional com os estudantes público-alvo da educação especial deu-se pelo fato de sentir que durante a minha formação acadêmica, na graduação, não houve tantas discussões a respeito deste profissional e também pelo fato de que, quando estagiei no Colégio de Aplicação, não via uma ação efetiva deste profissional para com os referidos estudantes¹. Não via uma movimentação da orientação educacional em buscar estratégias pedagógicas que contemplassem as demandas dos estudantes com deficiência, com Transtorno do Espectro Autista e com altas habilidades/superdotação. Não percebia, na prática, um movimento de inclusão destes estudantes, promovido pela OE, dentro da sala de aula regular. Algumas vezes percebia que profissionais da OE se interessavam por saber quais as demandas de determinados estudantes, mas não identificava uma ação pedagógica para contemplar tais demandas. No geral, identificava que estas ações aconteciam, predominantemente, por parte das professoras da educação especial, juntamente com os bolsistas da acessibilidade².

¹ Não posso afirmar que não existia esse trabalho integrado na escola toda, mas, sim, que nas turmas que acompanhei não conseguia identificá-lo.

² Este é o termo utilizado pelo Colégio de Aplicação da UFSC para se referir os bolsistas que auxiliam na mediação pedagógica em turmas que estejam matriculados estudantes com deficiência.

Por não ter presenciado momentos de uma ação pedagógica articulada entre as duas áreas durante o meu estágio, busquei compreender se havia algum documento que determinasse que este trabalho deveria existir, ou seja, o que estava previsto quanto ao trabalho do/a orientador/a educacional com os estudantes da educação especial. E foi assim, partindo desse interesse que cheguei à temática para o meu trabalho.

Pelo exposto, o recorte temático deste trabalho de conclusão de curso é a função e contribuição da orientação educacional com os estudantes público-alvo da educação especial na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF). A decisão de escolher esta Rede se deu pelo fato de que boa parte do meu ensino básico foi na mesma e também por ser hoje meu campo de trabalho na educação.

Conversando com a orientadora deste trabalho, busquei identificar as novas questões da pesquisa, agora delimitando o trabalho da orientação educacional e o público-alvo da educação especial na educação básica. Assim, as questões que me instigaram a conhecer mais sobre a temática são elas:

- O que é e quem faz parte da orientação educacional?
- Como está organizado o trabalho da orientação educacional na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis?
- Quais os documentos oficiais da RMEF que apresentam o trabalho da orientação e do AEE? Que articulações são possíveis entre esses dois setores?
- De que forma a orientação educacional pode e deve ajudar na inclusão de estudantes da educação especial? Quais são os limites e possibilidades do seu trabalho para com esses estudantes?

Após delimitado o recorte da pesquisa, fiz um levantamento prévio sobre o tema em TCCs do Curso de Pedagogia, no repositório da UFSC, sobre o tema e não encontrei trabalhos referente à temática aqui proposta. As produções localizadas tratam ou só de orientação educacional ou só da educação especial, mas não das duas áreas juntas. O trabalho intitulado como “O papel da orientação educacional no processo de ensino e aprendizagem”, de Jéssica de Souza Vieira, defendido no ano de 2015, me ajudou a entender um pouco a organização da história da OE no Brasil.

1.2. OBJETIVOS

Objetivo Geral: Compreender o papel, os limites e as possibilidades do trabalho da orientação educacional para com estudantes da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF).

Objetivos Específicos:

- Conhecer a história da orientação educacional no Brasil;
- Conhecer a organização da orientação educacional e do AEE na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis;
- Mapear nos documentos oficiais da RMEF quais são as atribuições da orientação educacional com estudantes da EE e com o trabalho do AEE;
- Entender a Educação Especial em âmbito nacional e municipal.
- Identificar relações possíveis entre a OE e o AEE.

1.3 CAMINHO METODOLÓGICO

A presente pesquisa, de cunho bibliográfica e documental, busca atingir seu objetivo realizando o levantamento e a análise dos documentos da RMEF que tratam da temática escolhida, estes que são resoluções, decretos, portarias, editais de concurso e processo seletivo.

Durante a análise destes documentos buscou-se por uma relação entre as duas áreas da educação que estão sendo estudadas neste trabalho, a orientação educacional e a educação especial. Dentre uma variedade de documentos encontrados, cerca de 40, apenas 4 foram destacados para a análise, sendo eles:

- Edital nº010/2019 – Processo Seletivo de Professores Substitutos para o ano letivo 2020 – (FLORIANÓPOLIS, 2019a);
- Edital nº 003/2019 – Concurso Público realizado no ano 2019 – (FLORIANÓPOLIS, 2019b);
- Edital nº 010/2021 – Processo Seletivo de Professores Substitutos para o ano letivo 2022 – (FLORIANÓPOLIS, 2021); e

- Definição de “Cargos e atribuições” dos profissionais da educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) (FLORIANÓPOLIS, 2023).

O recorte temporal para o levantamento documental foi de 2019 até 2022. Queríamos encontrar documentos mais atuais que abordassem a relação entre a orientação educacional e a educação especial.

Cabe explicar que Florianópolis é a capital do estado de Santa Catarina. A cidade está localizada na região litorânea, leste do estado. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) datados de 2021, o município tem 421.240 habitantes, estando no *ranking* brasileiro na posição 47 de cidade mais populosa; já com relação ao estado, a cidade está na segunda colocação.

Ainda segundo informações do site do IBGE, em 2021 o município de Florianópolis tinha matriculados no ensino fundamental 55.370 alunos, enquanto que no ensino médio o número de matrículas era de 18.293, ambos os dados não estão separados por redes de ensino.

A RMEF, no ano de 2022, tinha 121.987 alunos matriculados, sendo 24.692 na Educação Infantil, 56.440 no Ensino Fundamental, 5.237 na EJA e 3.279 matrículas na modalidade de ensino da Educação Especial. No que se refere aos docentes, a Rede contava com 6.627 professores, sendo 4.391 professores da Educação Especial que atuavam em classes comuns e/ou classes especiais.

No primeiro semestre de 2022 o total de estudantes da educação especial na Educação Infantil na RMEF era de 946, enquanto que no Ensino Fundamental o número era 927 estudantes. Em 2022 havia 58 unidades entre escolas básicas e NEIMs³ que eram unidades polos de salas multimeios, ou seja, em cada uma dessas unidades havia uma sala onde o AEE era ofertado.

Sobre a OE os autores que mais foram utilizados como referência para abordar o tema são: Grinspun (2008, 2011); Ferreira (2012); Giacaglia e Penteado (2009); Patto (2008); Bueno (2008); Bentes (2009); Pascoal (2006); Rogalski (2011). O TCC de Vieira (2015) se aproxima em partes com o que diz respeito a parte histórica da orientação educacional, e foi utilizado neste trabalho para refletir e contextualizar a história desta profissão.

Para compreender a política nacional de educação especial utilizei como principais referências Schreiber (2012), Vaz (2013, 2017). A dissertação e tese da

³ Núcleo de Educação Infantil Municipal.

Profª Dra. Kamille Vaz foi utilizada a fim de contextualizar a educação especial, no que diz respeito às suas políticas, os profissionais que atuam nesta modalidade e como está organizada. A autora além de ser uma das orientadoras do trabalho é uma estudiosa da área da educação especial e ter esta referência no trabalho foi muito significativa.

No caso da RMEF, destaco como principais bibliografias a dissertação de mestrado de Schreiber (2012). Com esta leitura foi possível compreender como está organizada a educação especial nesta rede de ensino, bem como um pouco do seu percurso histórico até a organização que conhecemos hoje.

Por fim, o trabalho está organizado em cinco seções, sendo esta a primeira, responsável por introduzir a temática e apresentar todo o percurso metodológico para que o objetivo da pesquisa fosse atingido, além ainda de citar os principais autores utilizados como embasamento no trabalho.

Como dito, esta pesquisa abrange duas áreas de conhecimento dentro da educação: a orientação educacional e a educação especial, sendo assim foi necessário haver uma seção para cada uma das áreas e posteriormente compreender a relação que possa existir entre as duas. Dada essa explicação, a segunda seção do trabalho é referente a orientação educacional e está intitulada como *Orientação Educacional: Contexto Histórico e Atribuições*. Nela apresento a história da OE, desde a década de 1920 até o momento atual e também apresento as atribuições destes profissionais, orientadores educacionais, a partir das contribuições de estudiosos da área da educação.

A história da orientação educacional está muito relacionada com a história da educação no Brasil, ao passo que a educação vai se modificando, atualizando e começam a surgir políticas educacionais, o mesmo vai acontecendo com o serviço de orientação educacional. Esta explicação está melhor colocada no decorrer da segunda seção. No que diz respeito a sua prática, a orientação educacional tem muitas atribuições e também muitas são as frentes de trabalho em que atua. De todas as possíveis, foram selecionadas apenas duas para maior aprofundamento, sendo elas: trabalho da OE com a família e o trabalho com a inclusão. Serão apresentadas somente estas duas frentes de trabalho, uma vez que identifiquei relação delas com a temática escolhida para esta pesquisa.

A terceira seção, intitulada *Estrutura organizacional da Educacional Especial na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis*, teve por objetivo apresentar a

educação especial na RMEF, explorando como está estruturada, quais serviços são oferecidos, o público, quais são os profissionais que nela atuam e demais informações que possam nos ajudar a compreender a organização na Rede e depois estabelecer as relações com a OE.

Na quarta seção, denominada como *A relação entre a orientação educacional e estudantes da educação especial*, apresento todo o resultado da análise feita dos documentos relevantes para a pesquisa, selecionados durante a realização do levantamento documental. A seção está dividida em alguns tópicos procurando atingir o objetivo do trabalho e entender de que maneira a orientação educacional e a educação especial relacionam-se.

Na quinta e última seção, *Considerações finais*, retomo os objetivos e questões da pesquisa, apresentando sínteses que foram possíveis desenvolver no decorrer de toda essa pesquisa. Ressalto que foi difícil encontrar documentos que abordassem estas duas temáticas juntas. Há documentos que fazem referência apenas a orientação educacional enquanto outros citam somente a educação especial, tornando-se um grande desafio fazer uma síntese, contudo, fiz um esforço analítico aproximando os dois temas a partir dos meus estudos.

2. ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL: CONTEXTO HISTÓRICO E ATRIBUIÇÕES

Visando um melhor entendimento a respeito da orientação educacional (OE), tendo em vista seu contexto histórico no Brasil, bem como suas atribuições e funções dentro do ambiente escolar, a presente seção do trabalho tem por objetivo apresentar esta profissão que tem um papel fundamental dentro da escola.

A profissão de orientação educacional é reconhecida pela Lei nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968, que provê o exercício da profissão (BRASIL, 1968). No seu percurso histórico inicial, era de cunho psicológico, terapêutico e corretivo. Em que um de seus objetivos é o de auxiliar os discentes no seu processo de aprendizagem, segundo Oliveira et al (2011).

A orientação educacional é uma das especialidades da educação e pertence à coordenação pedagógica das unidades educativas. Destaco, porém, que na RMEF não há coordenação pedagógica e sim equipe pedagógica e dentro desta equipe cada profissional tem suas atribuições específicas, ainda que trabalhando de forma conjunta. É um serviço que pode atuar na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, Ensino Médio, bem como em outras modalidades de ensino – como na EJA e na Educação Especial. Ela foi tida, primeiramente, como uma orientação vocacional e como uma profissão que resolveria o problema dos alunos. Atualmente a conhecemos como uma profissão que está preocupada com o processo de aprendizagem dos discentes, entendendo-os enquanto sujeitos singulares, cada qual com as suas particularidades e cidadãos de direitos.

O/A profissional que exerce a função de orientador/a educacional, precisa ter formação compatível para tal, como foi definido no Decreto nº 72.846 de 26 de setembro de 1973, que regulamenta a Lei 5.564 de 21 de dezembro de 1968:

Art. 2º O exercício da profissão de Orientador Educacional é privativo:

- I - Dos licenciados em pedagogia, habilitados em orientação educacional, possuidores de diplomas expedidos por estabelecimentos de ensino superior oficiais ou reconhecidos.
- II - Dos portadores de diplomas ou certificados de orientador educacional obtidos em cursos de pós-graduação, ministrados por estabelecimentos oficiais ou reconhecidos, devidamente credenciados pelo Conselho Federal de Educação.
- III - Dos diplomados em orientação educacional por escolas estrangeiras, cujos títulos sejam revalidados na forma da legislação em vigor. (BRASIL, 1973).

Mais recentemente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394/1996, a orientação educacional está definida no art. 64, da seguinte forma:

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (BRASIL, 1996)

Ao longo da presente seção será possível perceber a aproximação da história da orientação educacional com a da educação brasileira, por sua vez é possível notar a aproximação desta profissão, também, com a criação do curso de pedagogia.

Para escrever sobre a história da profissão, bem como as informações sobre cada período histórico, foram utilizados os livros “História das ideias pedagógicas no Brasil”, de Dermeval Saviani (2013); “A orientação educacional Conflito de paradigmas e alternativas para a escola” e “A Prática dos Orientadores Educacionais”, de Mírian P. S. Zippin Grinspun (2008, 2011); a monografia de Eliani Moraes Tresinari (2009), intitulada como “Orientação Educacional: Perspectivas atuais”; a monografia “Orientador Educacional na Educação Infantil” de Andrea Teixeira de Souza (2010), Além ainda de contar com estudos de Bentes (2009), Giacaglia e Penteado (2009) e Oliveira *et al.* (2011).

2.1 PERÍODOS HISTÓRICOS DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

É possível compreender a história da orientação educacional no Brasil em seis períodos, como nos explica Grinspun (2008), tendo início em 1920 até os dias atuais. No decorrer deles a profissão de orientador/a educacional foi foco de críticas e de muitas dúvidas com relação ao seu real papel dentro da escola, gerando muitas mudanças durante o seu percurso histórico. A seguir, os períodos históricos serão apresentados.

A fim de introduzir os períodos históricos, apresento uma linha do tempo (Figura 1), representando de forma mais concreta e concisa de que maneira os períodos estavam organizados ao longo da história (GRINSPUN, 2008). A linha do tempo foi aqui colocada com o objetivo de facilitar a visualização do percurso histórico da profissão – Orientação Educacional.

Figura 1 - Linha do tempo da orientação educacional no Brasil, de 1920 aos dias atuais



Fonte: Produzido pela acadêmica, a partir de Grinspun (2008).

Grinspun (2008) começa introduzindo o assunto apontando que para se compreender tais atividades – o que é a profissão de orientador educacional – se faz necessário, primeiramente, entender como os períodos da orientação estavam organizados, bem como o que se esperava da profissão. A autora, inicialmente, apresenta os períodos históricos da orientação, separados por fases: Romântica; Objetiva e Crítica. Estas fases não estão datadas em seu texto. Foram datadas, na linha do tempo acima, a fim de dinamizar a compreensão desta organização e podem ser assim sintetizadas:

- **A Fase Romântica:** na qual achava-se que a orientação resolveria todos os problemas dos alunos. Ajustamento é a palavra-chave. “Modelo” de aluno;
- **A Fase Objetiva:** Orientação como prestadora de serviços. Prevenção, adiantava-se o problema;
- **A Fase Crítica:** a que estamos vivendo hoje, onde procura ajudar o aluno como um todo. A Orientação está ao lado do aluno.

Vale ressaltar que a história da orientação está muito relacionada com a história da educação brasileira, uma vez que a medida que a educação no Brasil ia se modificando e se desenvolvendo, acontecia o mesmo com a orientação. Abaixo apresento cada período da OE.

2.1.1 Período Implementador – 1920 a 1941

Como mencionado anteriormente, a orientação educacional no Brasil teve diferentes significados, sendo este um dos motivos da profissão ser alvo de críticas, uma vez que não estava dado, de maneira clara, o que realmente significava ter este profissional dentro das instituições escolares.

Para entender a história da orientação, começo discorrendo sobre o fato do movimento da Escola Nova ter ganhado forças nessa época. Segundo Saviani (2013), no ano de 1931, o ministro da Educação e da Saúde Pública – Fernando Campos – baixou um conjunto de sete Decretos, que ficaram conhecidos como Reforma Francisco Campos. Dentre um destes, há o de número 19.941, de 30 de abril de 1931, que restabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas. Usarei este acontecimento para descrever a contextualização histórica do Brasil nessa época. A igreja era tida como um antídoto importante, uma doutrina social, a fim de esclarecer as necessidades do país.

Um ponto importante deste período é que houve certo conflito entre católicos e escolanovistas, tendo início na IV Conferência Nacional de Educação e sendo firmado o motivo deste conflito com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932. Francisco Campos seguiu no governo, enquanto que os católicos se retiraram da Associação Brasileira de Educação (ABE). Neste contexto instituiu-se o Estado Novo, sendo acompanhado por mais escolanovistas, como é o caso de Lourenço Filho e Fernando de Azevedo (SAVIANI, 2013).

A ideia da orientação educacional ser vista como orientação vocacional está pautada, quando Saviani (2013) explica que no documento “Manifesto dos Pioneiros”, estava colocado “a necessidade de romper com a estrutura tradicional marcada pelo divórcio entre o ensino primário e o profissional” (SAVIANI, 2013, p. 247-248). O autor argumenta que o ensino tradicional era dado de maneira muito literária, não levando em conta os interesses dos educandos e que a Escola Nova tinha este olhar “diferente”. Ele aponta que haveria aqui uma nova política educacional, partindo do documento do “Manifesto”, existindo uma ruptura desta formação “excessivamente literária”. Nas palavras de Saviani (2013, p. 248):

A nova política educacional deverá romper com a formação excessivamente literária, imprimindo à nossa cultura um caráter eminentemente científico e técnico e vinculando a escola ao meio social produtivo, sem negar os valores especificamente culturais representados pela arte e pela literatura.

O Período Implementador ou Implementar da OE, como também é colocado, foi de 1920 até 1941. Este é o período em que a orientação educacional é marcada pela orientação vocacional, ou seja, seus olhares estavam voltados para uma escolha profissional.

Neste período no Brasil, a concepção inicial de orientação era de cunho psicológico, terapêutico e corretivo. Contudo, o conceito de orientação percorreu entre muitos significados, até chegar aos dias de hoje, que entendemos como uma profissão, que atua dentro do ambiente escolar e que auxilia, ou deveria auxiliar, no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, tendo como base todo o contexto onde os mesmos estão inseridos.

Grinspun (2011) traz o conceito de dois vocábulos latinos, na tentativa de explicar um pouco o que é a orientação, sendo também neste contexto que surge a ideia da "evolução" do conceito de orientação estar ligado com a história da educação brasileira. *Educare* e *educere*, segundo ela: “assim é que em *educare* temos o guiar, nortear, orientar o indivíduo; e em *educere*, o buscar as potencialidades do indivíduo, no sentido de fazê-las vir de ‘dentro para fora’”. (GRINSPUN, 2011, p. 25). Aqui começa a relação entre os conceitos: educação e orientação. A relação percorrerá nos demais períodos históricos seguintes, mesmo que de maneira implícita⁴.

Quando colocado que os conceitos de educação e orientação se relacionam é pelo fato do primeiro ir evoluindo e modificando de perfil, ao passo que acontece o mesmo com a orientação. Grinspun (2011) vai trazendo, com certa ordem cronológica, os acontecimentos e estas aproximações. Tal como explicado por ela,

De um lado, tínhamos o ‘interesse do governo’ em promover a escolarização de seu povo; do outro, intelectuais, no poder, assumindo as reformas educacionais em seus Estados. Foi sendo configurado um ambiente propício à Orientação, enquanto ela poderia tanto contribuir para a melhoria da educação de seu povo, quanto ter um lugar certo nas reformas que começavam a surgir no país, uma vez que os modelos importados tinham grande receptividade entre nós. (GRINSPUN, 2011, p. 27).

⁴ Os dois conceitos serão retomados no tópico 2.1.6 *Período Orientador - A partir de 1990 aos dias atuais*.

Ou seja, ao passo que a educação foi sofrendo alterações, a orientação também foi mudando de perfil, sendo pensada e vista de outras formas. Grinspun (2011) traz neste contexto, que a Orientação se voltava para as “aptidões naturais” dos alunos – semelhantes às características da Escola Nova – valorizando-os, fazendo com que todos tivessem as mesmas oportunidades de escolhas. A autora ainda coloca que o Manifesto dos Pioneiros almejava uma educação comum para todos, onde homens e mulheres tivessem iguais possibilidades de aprendizagem e oportunidades sociais. E este movimento também propiciou a implantação da Orientação na década de 1930.

O movimento da orientação educacional, primeiramente, como uma orientação vocacional, voltando seu olhar para a escolha de uma profissão, tem em Frank Parsons seu precursor. Todavia, há registros que indicam que a orientação educacional surgiu de fato no ambiente escolar, nos Estados Unidos, em 1912, com Jesse Davis, com o objetivo de, “atender à problemática vocacional e social dos alunos de sua escola” (GRINSPUN, 2011, p. 26). No Brasil a orientação educacional sofreu grande influência da orientação americana, especialmente do *counseling* (aconselhamento).

Na década de 1920 foi dado início a um processo de criação de um serviço de seleção e orientação profissional para alunos do Curso de Mecânica, no Liceu de Artes e Ofícios, destacando-se o papel de Roberto Mange neste processo. Sobre isso, Grinspun (2011, p. 26) afirma que:

Seu trabalho teve a ajuda técnica de Henri Piéron e de sua esposa nessa seleção. Em 1930, na Estrada de Ferro Sorocabana, ainda sob a direção de Mange e de seu colaborador Italo Bologna, teve início um serviço de seleção, orientação e formação de alunos em cursos de aprendizagem mantidos por aquela Instituição. Esses serviços deram origem, em 1934, à criação do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP), que passou a ser modelo para outras ferrovias do país.

Lourenço Filho, educador e pedagogo brasileiro, em 1931, criou o primeiro serviço público de Orientação Profissional no Brasil. Numa tentativa de seguir os moldes americanos e europeus, o serviço da Orientação começou a ser estruturado nas escolas. É importante ressaltar que o Brasil foi o primeiro país a ter a Orientação Educacional como serviço obrigatório (GRINSPUN, 2011).

Vale destacar que o curso de Pedagogia foi criado neste contexto, mais exatamente no ano de 1939, no dia 04 de abril, por meio do Decreto Lei nº 1.190. A

orientação educacional estava passando pelo seu primeiro período histórico, o Implementador. A criação deste curso, segundo Medeiros, Araújo e Santos (2021), estava associada ao nascimento da Faculdade Nacional de Filosofia, que por vez estava dividida em 4 seções, sendo uma delas, a Pedagogia. O Curso de Pedagogia constitui-se primeiramente como bacharelado, onde o principal objetivo era a formação de técnicos em graduação. O currículo da graduação em Pedagogia estava organizado em um modelo 3+1 (três mais um):

“Nos três primeiros anos de estudos, os conhecimentos e os conteúdos do currículo oficial estão voltados para a formação generalista, alicerçada, nos termos de Saviani (2009) e Gatti e Barreto (2009), na cultura geral e científica. No quarto ano de formação, os conhecimentos e os conteúdos curriculares intentam a prática profissional, ou seja, o estudo da realidade em que o formando atuará.” (MEDEIROS et al, 2021, p. 566).

Ou seja, apesar do curso de Pedagogia formar um bacharel – três anos de curso – com um ano a mais, cursando Didática, era possível formar-se com o grau de licenciado em Pedagogia. A legalidade da criação deste curso no Brasil, está posta no Decreto Lei nº 1.190, de 04 de abril de 1939:

Do curso de pedagogia

Art. 19. O curso de pedagogia será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas:

Primeira série

1. Complementos de matemática.
2. História da filosofia.
3. Sociologia.
4. Fundamentos biológicos da educação.
5. Psicologia educacional.

Segunda série

1. Estatística educacional.
2. História da educação.
3. Fundamentos sociológicos da educação.
4. Psicologia educacional.
5. Administração escolar.

Terceira série

1. História da educação.
2. Psicologia educacional.
3. Administração escolar.
4. Educação comparada.
5. Filosofia da educação. (BRASIL, 1939).

Apesar de Medeiros, Araújo e Santos (2021), afirmarem que o modelo 3+1 (três mais um) existir na formação docentes de algumas licenciaturas, sabemos que o curso de Pedagogia sofreu muitas alterações ao longo do seu percurso histórico e hoje está estruturado e organizado de uma maneira bem diferente se comparado ao seu ano de

criação. Mas, na história desse Curso, uma das suas funções era formar o/a orientador/a educacional.

A orientação educacional no Brasil também sofreu alterações no que diz respeito ao entendimento do que o profissional fazia dentro das escolas. Entender, mesmo que brevemente, como se deu a criação do curso de pedagogia foi necessário para compreender um pouco mais do contexto histórico da orientação educacional.

Destaco, também, que durante as leituras realizadas sobre este período histórico da orientação educacional, em nada mencionou-se a educação especial na perspectiva da educação inclusiva – o que era de se esperar, pois esta questão não estava sendo colocada e/ou discutida no Brasil naquela época, isto foi acontecer em anos seguintes.

2.1.2 Período Institucional – 1942 a 1960

Em resumo, este período é subdividido em funcional e instrumental, enquanto que o primeiro buscava solucionar o problema do aluno na dificuldade em que o mesmo vivia no momento; o último preferia cuidar do aluno antes do problema vir a acontecer⁵.

Grinspun (2008) aponta que este período foi marcado pela exigência da orientação nas escolas⁶ e a orientação ainda seguia sendo vista como uma orientação profissional.

Neste contexto, surgem dois acontecimentos importantes descritos por Grinspun (2011): o primeiro é o Decreto n. 4.073, de 30/1/1942, da Lei Orgânica do Ensino Industrial, conforme o Ministério da Educação, voltado à formação profissional técnica; o segundo acontecimento é o Decreto n. 4.048, de 22/1/1942, a criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial).

Clemente Mariani foi ministro da educação e saúde na época no Brasil, durante o governo de Dutra, sendo neste cenário que surgem as primeiras discussões a respeito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), uma lei

⁵ Tanto Grinspun (2008), quanto Tresinari (2009) não apresentam muitas características referentes a este período histórico, devido a isto encontrei um pouco de dificuldade de explicar este ponto da seção.

⁶ Não encontrei o número da lei que determina esta exigência e nem elementos para afirmar se todas as escolas tinham este profissional.

importante para a educação brasileira, pois afinal de contas é ela que rege a educação no Brasil, que será abordada no próximo período histórico.

Segundo Kassar, Rebelo e Januzzi (2019) é na década de 1950 que começam as discussões a respeito da educação especial no Brasil, tendo como marco inicial a Campanha para a educação do surdo brasileiro, sendo o Decreto nº 42.728, de 1957 o documento oficial que institui esta Campanha. A partir deste marco, várias outras Campanhas, Decretos e iniciativas oficiais foram surgindo, em âmbito nacional no que se refere aos estudantes com deficiência.

2.1.3 Período Transformador – 1961 a 1970

Podemos destacar este período histórico como sendo talvez o mais importante para a educação brasileira uma vez que teve a publicação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961). Para além desta, é importante ressaltar a publicação da Lei n. 5.564 de 24 de dezembro de 1968, lei que provê o exercício da profissão, fazendo com que a orientação ganhasse um lugar de destaque na educação brasileira.

Na LDBEN de 1961 (BRASIL, 1961), não contém tantos aspectos práticos com o que diz respeito à orientação educacional. Há artigos que dizem a respeito da formação destes profissionais, ou ainda a formação necessária para exercer tal função, porém há um inciso do art. 38, que me chamou atenção ao se afirmar que na “Na organização do ensino de grau médio [hoje Ensino Médio] serão observadas as seguintes normas: [...] V - instituição da orientação educativa e vocacional em cooperação com a família” (BRASIL, 1961).

É possível notar que a orientação e a vocação ainda estavam conectadas, voltada para a escolha de uma profissão. Porém, segundo Tresinari (2009), as mudanças começam a acontecer, seja no currículo, em programas, métodos de ensino, materiais didáticos. O trabalho do orientador, aos poucos, começava a se relacionar com as práticas pedagógicas, começava a ser pensado de maneira mais coletiva e integralizada. Em contrapartida, a autora aponta que o ‘novo e o diferente’ não eram permitidos na escola; “Não havia grêmios nas escolas. A participação dos alunos em grandes movimentos, como teatros, festivais, campanhas, festas,

elaboração de jornal etc.; sempre era tida como uma ameaça dentro das escolas.” (TRESINARI, 2009, p. 16). Isto porque o Brasil estava passando por um momento delicado, neste período o país estava enfrentando a ditadura militar – houve censura a meios de comunicação, a artistas, a cultura de modo geral foi censurada nesta época.

Com a citação de Tresinari (2009) fica alguns questionamentos para reflexão: “O novo e o diferente” não eram permitidos na escola, e os estudantes com necessidades especiais eram proibidos de frequentá-la por serem “diferentes” dos alunos tidos como “normais”?

Neste período, no que se refere a educação especial, houve “um crescimento substancial de estabelecimentos que registram atendimento de Educação Especial, no ensino regular ou instituições especializadas, públicas e privadas.” (KASSAR; REBELO; JANUZZI, 2019, p.7)

2.1.4 Período Disciplinar – 1971 a 1980

A orientação educacional aos poucos vai tomando forma no que diz respeito ao seu real papel dentro das escolas. Com base nas leituras que fiz para a realização deste trabalho, pude perceber que de certa forma, a orientação “sofreu”, para chegar ao que hoje conhecemos como orientação educacional. Foi acontecendo a passos lentos, pouco a pouco a profissão foi tomando forma e sendo respeitada como algo importante e necessário de se ter dentro das escolas. Apesar de que, na minha visão, estes pontos eram tidos de maneira implícita.

Ao ler Grinspun (2011) e Tresinari (2009) fiquei um tanto quanto intrigada, pois, apesar de abordarem o mesmo período e contexto, me parece haver um conflito. Durante as orientações para a realização deste trabalho, compreendi o que as autoras trouxeram em seus escritos. Não há um conflito, é que cada autora estava trazendo um lado da história. Enquanto que Grinspun (2011) traz a explicação de um documento elaborado pelo Ministério da Educação, apontando para uma possível “solução” para a prática do orientador, Tresinari (2009) aponta que no final da década de 1970 houve denúncias, de forma a criticar a falta de compromisso da escola e de seus reais protagonistas, incluindo aqui, certamente, o orientador.

O documento explicado por Grinspun (2011) foi publicado pelo MEC, elaborado em 1976, intitulado como “Orientação Educacional e Linhas de Ação”, abordando quanto a dois planos de atuação da Orientação Educacional.

o plano de ação integrada — Orientação Educacional e Pedagógica atuando junto com a direção, professores, alunos e demais técnicos, planejando, executando e avaliando sistematicamente a ação educativa — e o plano de ação direta, em que o orientador deveria atingir o aluno, sobretudo através do trabalho de grupo. Foi um período fértil e estimulador das dinâmicas de grupo. (GRINSPUN, 2011, p. 32).

Por sua vez, a passagem do texto de Tresinari (2009, p. 17) explicita um pouco sobre as denúncias trazidas, diz que:

A Orientação estava dentro da escola e não se deu conta do seu papel. Aliás, assumiu, em alguns momentos, uma ingenuidade pedagógica, ouvindo, muitas vezes calada, as críticas às atividades, como sendo responsável pela fragmentação do trabalho escolar, como não resolvendo todos os conflitos que a própria escola não dava conta de resolver.

Notamos então, que neste período histórico, o papel da orientação educacional começa a ser questionado: o que o/a orientador/a educacional faz na escola? A quem serve?

A partir da década de 1970 a educação especial foi colocada em evidência, segundo Picolini e Flores (2020, p. 211), havendo um aumento de textos legislativos, associações e envolvimento do poder público. As autoras destacam a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), órgão central, “responsável pelo atendimento dos excepcionais no Brasil”. O Centro estava diretamente ligado ao MEC e seu período de vigência foi de 1973 a 1986.

2.1.5 Período Questionador – 1981 a 1990

No Brasil a década de 1980 foi marcada por muitos acontecimentos importantes quanto à educação. Saviani (2013) cita a inauguração de algumas entidades, sendo elas: Associação Nacional de Educação (ANDE); Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) – em resumo, marcada pela ampliação das produções

acadêmicas-científicas da área. Esta década ainda foi marcada pela promulgação da Constituição Federal, no dia 5 de outubro de 1988.

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 é um dos mais importantes para a educação, sendo ele:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1998).

O período questionador já explica um pouco de suas características no próprio nome. Foi um momento de questionamentos com relação à orientação, a fim de encontrar o verdadeiro significado da profissão. Os orientadores passam a refletir mais sobre a sua prática. Tresinari (2009, p. 18) aponta para algo importante, “a década de 80 trouxe grandes modificações que iriam se refletir na educação, na escola e na Orientação”.

O orientador aqui desejava colocar a realidade do aluno para dentro da escola. Sobre isso, Grinspun (2011, p. 34) nos coloca:

Busca-se a identidade do orientador educacional, enquanto Pedagogo, ciente da realidade educacional brasileira e comprometido com as transformações que estavam ocorrendo na nossa sociedade, em especial com a defesa da escola pública de qualidade.

A citação nos leva a pensar que começa a existir uma certa preocupação no processo de aprendizagem dos alunos. Talvez, não mais como uma profissão preocupada em resolver os problemas dos discentes, mas sim uma profissão que se preocupa em antecipar os problemas e ainda se preocupa em como o aluno está aprendendo, em que condições essa aprendizagem está posta.

2.1.6 Período Orientador – A partir de 1990 aos dias atuais

O período orientador começa a trazer a ideia do que é de fato a profissão de orientador/a educacional, quais são suas práticas dentro da escola, porque foi criada, com qual objetivo, e entre outros aspectos, que até então eram motivo de dúvidas.

Em contexto mundial, esse período foi marcado pela Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, sendo aprovada na Conferência de Educação para todos, em março de 1990, em Jomtien, na Tailândia, e tinha como objetivo satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.

Está época foi marcada também, pela Conferência Mundial de Educação Especial, que aconteceu na cidade de Salamanca, na Espanha, durante os dias de 7 e 10 de outubro de 1994, e que gerou um documento intitulado como Declaração de Salamanca, no qual se traz discussões referentes à educação inclusiva, como uma espécie de reforço do discurso “educação para todos”. Em documento emitido pelo MEC é possível notar a preocupação em deixar claro quem são os sujeitos que têm direito a educação:

Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severa. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva. (ONU, 1994).

Tresinari (2009) sugere que a prática do orientador educacional está em constante transformação. A autora traz reflexões dando a entender que a profissão um dia foi pensada como extinta, ou que algum dia poderia se extinguir, ao passo que explica que o próprio significado epistemológico da palavra propõe o contrário, que nunca deixará de existir. As reflexões sucedem perguntas como, “Qual será o futuro do Orientador? Ele existirá no futuro? Associado à escola ou independente? Qual será a nova prática que se terá?” (TRESINARI, 2009, p. 18).

Como mencionado anteriormente por Grinspun (2011) sobre o *Período Implementador (1920 a 1942)*, há uma aproximação entre os conceitos de educação e orientação e para explicar esta aproximação, faz uso de dois vocábulos, *educare* e *educere*. A aproximação existe na medida em que a educação e a orientação trabalham juntas, e à medida que a educação vai evoluindo e se desenvolvendo, acontece o mesmo com a orientação. Os conceitos trabalham de maneira conjunta

uma vez que buscam pelas potencialidades dos alunos, guiam, norteiam e orientam os mesmos, e é isto que significa os dois vocábulos acima citados (GRINSPUN, 2011). Logo, os conceitos se ligam, pois o aluno é o centro das práticas pedagógicas. Tudo o que acontece tem um objetivo, contribuir com a formação dos estudantes, no que é melhor para ele – um sujeito de direitos e deveres.

Em outras palavras, “O centro do processo educacional é o aluno e sempre ele foi o campo de trabalho da Orientação; portanto, como o aluno é oriundo da escola ele é o sujeito da educação, é o sujeito e o objeto da Orientação” (TRESINARI, 2009, p. 19).

Apresento na sequência um quadro a fim de sintetizar os períodos históricos que aqui foram apresentados, elencando as principais características.

Quadro 1 - Síntese da história da orientação educacional - 1920 aos dias atuais

Período Implementador 1921 - 1940	Período Institucional 1942 - 1960	Período Transformador 1961 - 1970	Período Disciplinador 1971 - 1980	Período Questionador 1981 - 1990	Período Orientador A partir de 1990
<ul style="list-style-type: none"> - Orientação profissional, vocacional; - Cunho corretivo; - Influência americana, <i>counseling</i> (aconselhamento); - Brasil, primeiro país a ter a Orientação Educacional proclamada obrigatória. 	<p>FUNCIONAL: Primeiro soluciona o problema do aluno;</p> <p>INSTRUMENTAL: L: Cuida do aluno antes que o problema surja.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Publicação da 1ª LDBEN; - Aluno como “objeto” de mudança; - Lei nº 5.564/68. 	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação Educacional e Linhas de Ação; - Denúncias, de forma a criticar, a falta de compromisso da escola e de seus reais protagonistas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Questiona-se a Orientação em termos formativos e práticos; - Busca da identidade do Orientador; - Trazer a realidade do aluno para dentro da escola. 	<ul style="list-style-type: none"> - Traz a ideia de que a profissão de OE nunca deixará de existir; - Começa-se a descrever a prática da profissão, de uma maneira mais concreta.

Fonte: Produzido pela acadêmica a partir dos textos de Grinspun (2011) e Tresinari (2009).

Dando finalidade a este último subtópico, trago um questionamento, numa tentativa de se ter um olhar mais inclusivo, consciente e tolerante, e também, a fim de responder uma das dúvidas deste trabalho, qual seja: “O trabalho, do orientador educacional, desde esta época, já era pensado para a educação especial numa perspectiva inclusiva? Já se pensavam em mediações, para com os estudantes com necessidades especiais? As práticas pedagógicas eram pensadas a fim de atender este público?”.

Os questionamentos acima já haviam surgido quando o tema deste trabalho estava sendo pensado e se confirmaram com as leituras que foram sendo realizadas, em especial com esta passagem de Tresinari (2009, p. 19):

Além do mais, por cada vez mais se estar mergulhado em um novo tempo, com uma nova linguagem, com um novo canal de educação, o orientador seguramente poderá ajudar nessa realidade existente, fazendo uma nova leitura a partir do que se entende por comunicação e interação social. Adicionalmente, por a educação estar construindo novas formas de entender e trabalhar a prática pedagógica respeitando-se as práticas particulares, compreendidas no seu contexto histórico, o Orientador seria a parte mediadora, trazendo à prática do aluno a sua realidade para o cotidiano da escola articulando as diferentes vozes, dentro da escola, na construção de diálogos necessários ao Homem que se quer mais humano e mais justo.

Esta citação nos transmite a ideia que a educação e a profissão de orientador/a educacional, buscam por uma evolução, como algo que tivesse que se transformar, para ser melhor do que já é. A questão é, a educação especial está inserida neste discurso? Quando a autora coloca que a educação está construindo novas formas de entender e trabalhar a prática pedagógica, respeitando-se as práticas particulares, estão incluindo a educação especial, os estudantes com deficiência, com TEA e com altas habilidade/superdotação? Ainda é posto pela autora que é preciso fazer uma “nova leitura a partir do que se entende por comunicação e interação social” (TRESINARI, 2009, p. 19), estão sendo considerados os estudantes do espectro autista – não somente – que fazem uso de uma comunicação CAA – Comunicação Aumentativa e Alternativa? Estas dúvidas, que aqui foram levantadas, são de cunho reflexivo com base nas leituras realizadas. Estes questionamentos surgem, pois a inclusão, bem como a educação especial, não foram tópicos encontrados nestas leituras.

Após a exposição dos períodos históricos da OE (Orientação Educacional), se faz necessário descrever um pouco o momento atual da Orientação, uma vez que sua prática está intimamente ligada aos avanços da educação – com a explicação dos conceitos que foram expostos anteriormente, pudemos perceber esta ligação. A sua prática sofre influência não só dos avanços que acontecem na educação, mas na sociedade como um todo, muitas questões influenciam o trabalho do/a orientador/a dentro da escola.

Vivemos uma era onde as mudanças acontecem muito rápido e o tempo todo. Grinspun (2011) nos explica muito bem este momento atual, reforça que tudo

acontece muito rápido e com muito significado, ocorrendo em todos os setores da nossa sociedade. O avanço científico tecnológico, é colocado pela autora como um fator que impulsiona essas mudanças. Em razão disso, o sujeito precisa estar renovando-se constantemente, precisando se encaixar a cada coisa nova que aparece. E a escola é um local que sofre diretamente todas essas modificações, essas “novidades”. A escola é um local que também precisa estar constantemente se renovando, buscando novos recursos e inovações.

Grinspun (2011) traz uma boa reflexão a respeito dessas mudanças tecnológicas:

Observo que, de um lado, há uma *máquina* que funciona, que é capaz de fazer e produzir maravilhas sem que o homem nem precise sair do seu lugar, de sua casa, e, de outro, há um sujeito que fica muito mais a mercê dessa máquina como usuário do que como responsável *por pensar* esta máquina de outra forma. (GRINSPUN, 2011, p. 178).

Estas “máquinas” colocadas pela autora, é o que cerca nosso mundo no século XXI, e podem ser muito úteis, nos facilitar em muitos aspectos, mas de uma hora para outra pode trazer alguns prejuízos. Vemos isso nas redes sociais, uma das causadoras.

Neste contexto é compreensível entender que o/a orientador/a auxilia os alunos a resolver “problemas”, porém, o/a orientador/a não pode ser “rebaixado” apenas como um profissional que resolve os “problemas” dos alunos, que podem ser resultados de ficarmos a mercê de uma máquina, conforme reflexão trazida por Grinspun (2011).

A fim de sintetizar as mudanças referente a prática da orientação educacional, procurando entender qual o papel desta profissão apresento o quadro abaixo, as informações foram retirada de uma apresentação de slides da proposta de orientação educacional do estado do Tocantins e é intitulada como “Orientação Educacional – Uma ação humana no contexto escolar” (TOCANTINS, [201?], p. 5). Será possível observar a evolução do conceito – orientação educacional – no decorrer dos seus períodos históricos. É uma outra maneira de sintetizar toda a história da Orientação explicada até aqui:

Quadro 2 - Mudança da prática da orientação educacional ao longo da história

PRÁTICA RETRÓGRADA 1924 – 1990 Período Implementador, Institucional, Transformador, Disciplinador e Questionador	PRÁTICA ATUAL 1990 – Até o presente momento Período Orientador
Foco na seleção profissional	Foco no exercício para a cidadania e qualificação para o mundo do trabalho
Foco no aluno	Foco na harmonização do currículo inteligência emocional
Disciplinador	Mediador
Aconselhamento vocacional	Problematização – Sessão Coletiva
Vínculo de dependência educando – orientador	Autonomia emocional
Isolada – individualizada	Integrada ao currículo pleno da escola
Pontual – ação como serviço	Interdisciplinar/Contextualizada – ação integrada com os professores e demais integrantes da equipe pedagógica – processo
Fragmentação	Sistematização dos resultados/continuidade do Processo

Fonte: Produzido pela acadêmica com base no documento que apresenta a proposta da orientação educacional do estado de Tocantins, intitulado “Orientação Educacional – Uma ação humana no contexto escolar.” (TOCANTINS, [201?], p.5).

Este quadro sintetiza bem todo o contexto histórico da profissão de OE, no decorrer das leituras referentes a este profissional, foi possível perceber um pouco esta diferença entre ‘prática retrógrada’ e ‘prática atual’. Da década de 1920 até quase os anos de 1990 buscava-se encontrar o verdadeiro significado da função de orientador/a educacional, ainda não se tinha claro quais eram seus objetivos e o que sua prática almejava. Ao passo que a partir de 1990 os objetivos da profissão foram ficando mais claros e hoje conhecemos não mais como uma profissão “resolvedora” de problemas, mas sim uma profissão que se preocupa como o processo de aprendizagem de cada educando, levando em consideração todo o contexto que o mesmo se encontra.

Para conhecer a OE explorei até aqui sua história, com fatos e fases importantes. Outra forma de ampliar essa compreensão é a partir das suas atribuições, especialmente na atualidade e ao encontro do quadro anterior.

2.2 A Prática da Orientação Educacional: atribuições

Após toda a exposição referente aos períodos históricos da orientação, para entendermos em que cenário a mesma se encontrava e se encontra, agora abordarei suas atribuições, funções, objetivos, às frentes de trabalho em que o/a profissional, orientador/a educacional pode atuar. Ou seja, esta segunda parte da seção será encarregada de apresentar a prática da profissão de orientação educacional. Aqui contarei com autores como Giacaglia e Penteado (2009); Bentes (2009); Oliveira *et al.* (2011), Grinspun (2011) e outros.

A orientação é um conceito complexo como pudemos perceber ao longo da história. Há uma multiplicidade de sentidos “do que é orientar” e Grinspun (2011) expõe dúvidas relevantes para pensar-se a orientação e para encontrar o verdadeiro significado do conceito: “Afim, o que é orientar? Para que se orienta? Por que se orienta? Questões básicas na busca de um conceito mais preciso” (GRINSPUN, 2011, p. 22). Trago aqui mais alguns questionamentos: De que maneira o orientar acontece? Orientar, é somente os discentes? É só o profissional, orientador/a educacional que pode orientar o discente? Onde acontece essa orientação? Há recursos para que esta orientação seja feita?

Vale ressaltar que o “orientar” aqui neste trabalho, está sendo pensado e escrito no âmbito escolar, pois se formos analisar o significado da palavra, certamente teremos outras respostas para as perguntas.

Realizando uma breve pesquisa na internet sobre “orientação educacional”, temos como resultado uma resposta bem sugestiva e um tanto quanto vaga: “orientar os discentes no seu processo de ensino aprendizagem”. Além de haver todo um processo de evolução das suas atribuições, ao longo de sua história e todo um entendimento do que seria a orientação – primeiramente colocada como orientação vocacional – ela ainda é vista como um ofício especializado em resolver os problemas. E este é um dos desafios a serem superados nesta profissão, pois sua atuação não deveria ter este foco primeiro de ação. No geral, não é buscado maneiras de se evitar que o problema aconteça; não são buscadas práticas na tentativa de se antecipá-lo.

Bentes (2009) coloca que por vezes os pais dos alunos pedem ajuda para a escola para resolver alguma questão, por não se sentirem confortáveis, é o/a orientador/a que irá mediar estas questões. É o/a orientador/a que pensará, formulará

estratégias para resolver esta inquietação da família, mas é importante reconhecer que para estes profissionais nem sempre é possível resolver as demandas trazidas pelos pais, é possível reconhecê-las e buscar ajuda pois tais demandas, podem acabar afetando no processo de aprendizagem dos educandos. Mas, apesar disso, a orientação de um profissional da OE não pode ser reduzida a dar conselhos, pois este profissional age de forma intencional e sistematizada.

Oliveira *et al.* (2011) ajudam a entender para que serve a profissão orientação educacional, que nada mais é do que orientar o aluno no conhecimento pessoal, no conhecimento do ambiente sociocultural e, principalmente, educacional onde está inserido. O conhecimento pessoal do aluno se dá pela necessidade que o mesmo se desenvolva integralmente, sendo física, intelectual, social, emocional, moral, vocacional e profissionalmente. Por sua vez, o conhecimento do ambiente sociocultural onde está inserido, explica-se pelo motivo de que vivemos em sociedade e enquanto sujeitos, devemos saber, conhecer nossos direitos e deveres. As autoras não mencionam ambiente educacional, como sendo um lugar que também deve ser levado em consideração ao promover o desenvolvimento integral dos educandos, porém é um ponto a ser levado em consideração, pois o que acontece dentro da escola, também influencia no processo de aprendizagem de cada educando, inclusive dos estudantes com deficiência, com TEA e com altas habilidades/superdotação.

Bentes (2009) a partir de outros pesquisadores, afirma que a família é o primeiro grupo social do qual pertencemos. Posto isto, é na família que aprendemos inicialmente sobre nossos direitos e deveres, quanto viver em sociedade, ou pelo menos é onde deveríamos aprender, primeiramente.

A família é apenas uma das frentes de trabalho que o/a Orientador/a Educacional pode atuar. Como outras frentes podemos citar: a integração com a família e com a comunidade; relação com os docentes; questões referentes à inclusão escolar e educação especial; orientação profissional; participação ativa na gestão escolar; na produção e atualização do PPP; projetos transversais e outras demandas que possam vir a surgir no dia a dia da profissão. Todas elas visam contribuir para a mesma coisa: a garantia do processo de ensino aprendizagem dos discentes.

Vê-se que são muitas as responsabilidades dentro da escola. Em seguida será apresentada algumas das atribuições do/a orientador/a, dentro das escolas, a partir de Ferreira (2012, p. 12):

Por isso, cabe ao Orientador Educacional:

- Mobilizar a família, os estudantes e a escola para a investigação da realidade, com vistas à transformação desta realidade;
- Atrair a família para a escola;
- Desenvolver suas ações juntamente com a Coordenação Pedagógica e Direção;
- Cooperar com o professor, auxiliando-o na prática pedagógica, principalmente na observação, no registro, planejamento, replanejamento e avaliação de todo o processo pedagógico;
- Cooperar com o professor quanto à criação de estratégias para a motivação dos alunos em aprender e dos professores em ensinar;
- Intervir preventivamente em relação a situações e dificuldades dos estudantes;
- Captar a confiança dos alunos, sendo firme nas ações, mas não intimidando-os;
- Desenvolver hábitos de estudo e organização;
- Promover atividades de orientação vocacional;
- Promover formação continuada e reflexão da prática para os professores e equipe da escola;
- Propor mudanças estratégicas para melhoria do desenvolvimento integral dos educandos.

Se faz necessário mencionar alguns tópicos importantes trazidos pela autora, a fim de relacioná-los com a educação especial, afinal a temática do trabalho está intimamente ligada a entender como estas duas áreas estão interligadas, entender se relacionam-se e como fazem. Comentarei sobre essa relação, tendo como base a citação anterior, ressaltando dois pontos: Cooperar com o professor quanto à criação de estratégias para a motivação dos alunos e dos professores em ensinar; e Promover formação continuada e reflexão da prática para os professores e equipe da escola. Neles vejo possibilidade de relação entre OE e educação especial, mas sobre isso retomarei nas próximas seções.

Grinspun (2011) aponta mais algumas das atribuições do Orientador Educacional, das quais destaco aquelas relacionadas ao chamado “fracasso escolar”. Para a autora, caberia a OE fazer:

- 1) Discussão sobre o fracasso escolar à luz da realidade existente (dimensão social) e da regulação das normas dentro do sistema e da escola (dimensão pedagógica);
- 2) Viabilização de meios para que haja uma complementação das lacunas existentes, a fim de que não se efetive e *crystaliza* o fracasso escolar (trabalhos independentes, grupos de apoio, monitorias, etc);
- 3) Discussão dos mecanismos que temos para que a superação do fracasso ocorra pela via da própria escola, não só dos sistemas, mudando nomes e denominações para *camuflar* o próprio fracasso, em termos de repetência, por exemplo;
- 4) União com os alunos, desmistificando o fracasso como sendo responsabilidade unicamente deles; trabalhar a autoestima e as fontes viáveis de eliminação do fracasso (há alunos que repetiram várias vezes

- a mesma série do ensino fundamental, por exemplo, e já internalizaram o discurso de incompetentes e incapazes);
- 5) Disponibilização de espaços para que os alunos enriqueçam e aprofundem seu conhecimento, como forma de apostar na autoestima e indiretamente ter melhores condições de *desafiar* o próprio fracasso (verificar e estimular aquilo em que o aluno tem melhores resultados: arte, esporte, música, linguagem, etc) (GRINSPUN, 2011, p. 90).

É importante destacar que todas as atribuições do/a orientador/a devem estar comprometidas com a aprendizagem e desenvolvimento mais amplo dos educandos.

Ferreira (2012, p. 13) nos coloca ainda que para dar conta das suas funções o/a Orientador/a Educacional precisa desenvolver as seguintes características pessoais para exercer o cargo: “Responsabilidade e comprometimento; Formação e atualização constante; Comportamento ético; Discrição e sigilo das informações; Solidariedade e humanização; Criatividade e dinamicidade”. Além ainda de saber como planejar e executar o seu trabalho contemplando a todos a fim de que exista uma educação de qualidade que seja justa e inclusiva.

Destaco também que segundo Giacaglia e Penteado (2009), o trabalho do/a orientador/a educacional é eficiente, em grande parte, pelo conhecimento que se têm das famílias e da comunidade – que como mencionado anteriormente, estes dois lugares, são frente de trabalho deste profissional.

Como está sendo possível perceber no decorrer desta seção, a profissão de orientador/a educacional percorre entre algumas atribuições e se espera algumas características destes profissionais, neste momento começo a afunilar um pouco mais quanto estas atribuições, a fim de seguir debatendo e refletindo sobre a temática de pesquisa do trabalho – a relação entre a orientação educacional e a educação especial. Todas as funções e atribuições, bem como todas as características essenciais do/a orientador/a, são muito importantes para o seu trabalho, uma vez que se busca por um melhor processo de aprendizagem dos discentes – e a defesa deste trabalho é que este processo seja inclusivo contemplando os estudantes público alvo da educação especial, estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação.

A seguir serão apresentadas as frentes de trabalho referente à família e inclusão, pois vejo um ponto de ligação entre as duas subáreas da escola.

2.2.1 A Orientação Educacional e o trabalho com a família

A escolha de abordar a relação da família com a escola – entendendo aqui a escola como todos os profissionais que nela atuam, incluindo, evidentemente, o/a orientador/a educacional – explica-se pelo fato já mencionado anteriormente: a família é o primeiro grupo social do qual pertencemos e também, segundo Giacaglia e Penteado (2009), o trabalho do/a orientador/a dependeria do conhecimento que o mesmo tem sobre as famílias.

Parece claro que é preciso haver uma certa relação de harmonia entre este grupo social e toda a comunidade escolar, a fim de promover um processo de aprendizagem de qualidade para os educandos. Ademais, cabe a orientação educacional trabalhar com o eixo: escola-família-comunidade-trabalho. Um outro motivo que nos leva a considerar a família como uma frente de trabalho importante do/a orientador/ educacional é pelo fato da educação ser um dever da família, como é colocado na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Nesta direção, Giacaglia e Penteado (2009, p. 68), sugerem como dicas para uma maior eficácia no trabalho do Orientador/a Educacional em relação a família:

boa organização e planejamento; periodicidade, datas, duração e escolha de horários favoráveis à presença do maior número possível de pais; pontualidade, elaboração de pautas contendo temática de interesse geral, convocação por escrito e local adequado. (GIACAGLIA; PENTEADO, 2009, p. 68).

Mas, o que se pode entender por família?

Segundo o dicionário Aurélio, conceitua Família como: 1. Pessoas aparelhadas que vivem na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos; 2. pessoas do mesmo sangue; 3. origem ascendência; 4. o conjunto dos caracteres ou dos fatos com o mesmo desenho básico; 5. reunião de gêneros. (BENTES, 2009, p. 10).

A família como sendo um grupo de pessoas do mesmo sangue e que vivem sob o mesmo teto, não dá conta de explicar as diferentes famílias de hoje. Sabemos que há muitas configurações de famílias e isto pode ser motivo de discussão dentro das escolas, sendo necessária intervenção. Às vezes a escola precisa ensinar o respeito com relação às diferentes configurações familiares e o/a orientador/a educacional pode ser o mediador, dentro da escola, no que diz respeito a esta questão.

O ponto é que independente da configuração de família em que se vive, o objetivo deveria ser o mesmo: propiciar um ambiente seguro, repleto de aprendizados. Deveria ser o local de ensinar quanto aos nossos direitos e deveres. A família também orienta os alunos – e aqui falamos orientar dentro do ambiente familiar, com valores éticos e morais, ensinamentos de como se viver em sociedade (BENTES, 2009).

Percebe-se então que o/a orientador/a educacional não é o único responsável pela orientação dos discentes. Aqui quero acrescentar uma observação: as orientações que existem são diferentes, umas das outras, cada uma vai orientar quanto a um contexto e uma perspectiva, visando também a resultados diferentes; Orientação familiar, educacional, econômica, administrativa e entre outras. Partindo desta narrativa, muitos são os profissionais que orientam os discentes, lembrando, orientam mesmo que em perspectivas e contextos diferentes. Mas, apesar disso, a orientação de um profissional da OE não pode ser reduzida a dar conselhos, pois este profissional age de forma intencional e sistematizada.

Ferreira (2012) aponta que a orientação educacional é entendida como um processo dinâmico, contínuo e sistemático e precisa encarar o aluno como um ser global que deve se desenvolver em todos os aspectos da vida, integralmente, harmônica e equilibrada. Segundo a autora, podem ser indicadas como atividades relacionadas aos pais para a OE:

- a) Entrevistas solicitadas pelas famílias;
 - b) Entrevistas solicitadas pela escola;
 - c) Palestras (junto à Coordenação Pedagógica e Direção);
 - d) Reuniões e encontros de família;
 - e) Participação em eventos da comunidade onde a escola está inserida.
- (FERREIRA, 2012, p. 15).

Casanova e Ferreira (2021) apontam que a relação de família e escola se dá pelas diversas interações que estes sujeitos estabelecem ou experimentam. Estas relações se dão em um tempo e um espaço e neste contexto:

a escola é um lugar de discussão, de negociação, de reflexão sobre a educação das crianças, as famílias são colaboradoras, protagonistas e partícipes desse processo e as relações entre escolas e família são plurais, cooperativas e de compartilhamento. (CASANOVA; FERREIRA, 2021, p. 5)

No meu entender, isso significa dizer que escola e família trabalham em parceria, mesmo que cada uma tenha suas funções e obrigações, não podendo uma interferir no trabalho que é exercido pela outra, mas podendo se ajudarem de forma a visar uma melhora no processo de aprendizagem de cada educando.

Casanova e Ferreira (2021) apresentam uma tabela, tendo como base 4 documentos da política para a educação básica, onde apontam ideias sobre as formas de interação entre escolas e famílias. Os documentos que estão contidos nesta tabela são: Programa Nacional de Fortalecimentos dos Conselhos Escolares (2004); Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (2007); Mobilização Social pela Educação (2008) e Plano Nacional de Educação (2014). Desses destaco o documento *Plano de Mobilização Social pela Educação* (BRASIL, 2008), pois na parte “Estrutura de Ação” há um tópico que se relaciona com a educação especial:

Quadro 3 - A orientação educacional e a educação especial no Plano de Mobilização Social pela Educação (BRASIL, 2008)

ATIVIDADE / DIRETRIZ	SUGESTÕES DE IMPLEMENTAÇÃO
Assegurar à criança com deficiências o direito de estudar nas classes comuns do ensino regular junto com as outras crianças;	Mostrar aos pais, aos responsáveis e a toda a comunidade a importância e benefícios para crianças com deficiência frequentarem as mesmas salas de aulas que as demais crianças. Orientá-los sobre como procurar a escola para assegurar esse direito.

Fonte: Produzido pela acadêmica, com base no documento mencionado (BRASIL, 2008).

Este fragmento do documento me chamou a atenção pois tem relação com as duas temáticas deste trabalho, mas em especial se referindo aos estudantes com deficiência – um dos públicos-alvo da educação especial – e o documento mostra a relação destas crianças para com as famílias, bem como um pouco a relação com a escola, mesmo que de maneira implícita.

Para Casanova e Ferreira (2021), a partir do Plano Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, a participação das famílias aconteceria por meio dos conselhos escolares, coordenando discussões, planejando regimento escolar, calendário, PPP e entre outras atividades. O documento “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, a participação das famílias está mais voltada para acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

No documento referente a Mobilização Social pela Educação, as autoras apontam que o papel das famílias acaba sendo reduzido ao acompanhamento das tarefas, organização do tempo de estudos dos filhos, presença em reuniões e entre outras atividades. Neste contexto, a relação das famílias está sendo “baseada no monitoramento e gerenciamento das performances” (CASANOVA; FERREIRA, 2021, p. 7).

Casanova e Ferreira (2021) ainda indicam quanto a diferença entre perspectiva de democratização e mercantilização, enquanto uma compreende a educação como um direito social, a outra vê a escola como uma mercadoria, sendo administrada pelas normas do mercado. Na perspectiva de democratização “As famílias, nesta perspectiva, são protagonistas, partícipes e colaboradoras, e as relações com as escolas são plurais, de cooperação e de compartilhamento” (CASANOVA; FERREIRA, 2021, p. 7). Já na perspectiva da mercantilização “As famílias são clientes usuárias de um serviço e, para tanto, devem fiscalizar o que está sendo feito. Dessa maneira, as relações famílias e escolas tornam-se hegemônicas” (CASANOVA; FERREIRA, 2021, p. 7).

Neste texto ainda é colocado que cabe a família visitar a escola, conversar com professor, mediar nos estudos dos filhos, ajudar a ler e escrever, responder bilhetes, comparecer a reuniões. As autoras concluem discorrendo que a relação que existe entre escola e família não estão postas ao acaso, mas são planejadas e organizadas e envolvem diferentes contextos, como institucional, social, cultural, econômico e político – exemplos dados pelas autoras.

No próximo tópico deste trabalho apresentarei outra frente de trabalho da OE, a inclusão escolar, sendo necessário abordar um pouco também sobre o conceito oposto, a exclusão.

2.2.2 A Orientação Educacional e o trabalho com a inclusão

Apontarei neste tópico do trabalho quanto à inclusão, conceito que muitas vezes não é colocado em prática dentro das escolas, deixando mais evidente o conceito oposto, a exclusão. Muitos são os públicos que sofrem exclusão, não se restringindo apenas aos estudantes da educação especial, que é o foco deste trabalho. Apresentarei, primeiramente, o conceito de exclusão, para que consigamos entender o oposto, ao passo que mostrarei a relação destes conceitos com aos estudantes da educação especial. Quero com isso destacar que é preciso entender a relação da inclusão e/ou da exclusão para com estes estudantes, para desta forma buscar compreender as atribuições do orientador educacional nestes cenários.

Patto (2008, p. 26) explica de maneira clara e objetiva que o conceito da exclusão estava pautado nos grupos marginalizados, que tinham como definição “portadores de limitações em seus direitos de cidadania”. Os marginalizados eram excluídos de uma vida em sociedade uma vez que tinham um modo de vida limitado e uma inconsistência de pertencimento e participação na sociedade, na estrutura social de modo geral. Patto (2008, p. 26) aponta que na década de 1960, para algumas causas da marginalização “a falta de motivação para progredir, o alcoolismo, a toxicomania, a delinquência, a prostituição e vários tipos de deficiências físico-mentais.”

A autora coloca muitos pontos para entendermos que a marginalização sofre muitas críticas, aponta para isto ser um produto do capitalismo, ou ainda, que os marginalizados são um grupo que estão excluídos do plano social, apesar de incluídos economicamente. Em seu texto há uma citação de Martins, em que é colocado o seguinte:

de um lado, os integrados, ricos ou pobres – os que são tidos como ‘gente’; de outro, os que só têm como saída as formas de inclusão perversa – os que, por influência da *mídia*, são tidos como ‘bandidos’, ‘animais’ ou ‘monstros’, tornam-se objeto da barbárie da polícia e de grupos de extermínio e abarrotam moradias sub-humanas, presídios e cemitérios. Dizendo de outro modo, a pobreza “mudou de forma, de âmbito e de consequências. Estamos longe do tempo em que pobre era quem não tinha apenas o que comer [...] (MARTINS, 1997, p. 34 apud PATTO, 2008, p. 31).

Patto (2008) finaliza dizendo que a exclusão é um falso problema, visto que a maior dificuldade é a inclusão social. E neste contexto, entendendo o conceito de

exclusão, conseguimos entender o oposto, a inclusão, atentando-se para o contexto escolar.

Bueno (2008) separa o conceito da inclusão escolar em três momentos: “1º) A inclusão escolar como conceito; 2º) A população por ela atingida; 3º) As perspectivas políticas da inclusão escolar.” (BUENO, 2008, p. 44).

O autor escreve a respeito da inclusão escolar, olhando mais atentamente para a educação especial, tratando quanto a inclusão de estudantes com deficiência física e intelectual, transtornos do neurodesenvolvimento e todo o público-alvo da educação especial – pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. Ele explica que foi a partir da Declaração de Salamanca, em Jomtiem, na Tailândia (1990) que o público da inclusão escolar ficou definido como todos os estudantes, independente de sua condição física ou psicológica, etnia, gênero, religião, classe social (BUENO, 2008). A inclusão escolar deve existir para todos os públicos – inclusive para os grupos marginalizados. “Isto é, as crianças deficientes são apenas uma, entre tantas outras, das expressões concretas das chamadas necessidades educacionais especiais.” (BUENO, 2008, p. 50).

Ou seja, a inclusão escolar deve ser pensada com a finalidade de atender a todos os estudantes, não apenas um grupo específico. A inclusão representa um ato de igualdade entre os diferentes grupos que habitam determinada sociedade, significa que todos tenham os mesmos direitos, as mesmas oportunidades, experiências e vivências. Assim, pensando pedagogicamente, pode-se haver uma certa dificuldade em pensar estratégias para atender a todos os públicos, mas deve-se valer o esforço para que isso aconteça. A educação é um direito de todos e um dever do Estado e ela deve ser garantida.

Bueno (2008) afirma sobre a inclusão que:

A bandeira da *educação inclusiva* parece, em princípio, repor, sobre outras bases, esses mesmos ideais, mas isto é somente aparência, pois se o norte é a *educação inclusiva* como meta a ser alcançada, isto significa que a projeção política que se faz do futuro é de que continuarão a existir alunos excluídos, que deverão receber atenção especial para deixarem de sê-lo. (BUENO, 2008, p. 56).

Apresentar a inclusão escolar como algo a ser colocado em prática e que seja efetivo, implica em muitas coisas e este trabalho não dará conta de responder. Porém Vaz (2013), ao fazer um estudo sobre a PNEEPEI, apresenta esta questão e aponta

que à inclusão de todos é um discurso humanista, mas não no sentido bom e literal do significado de humanista, parece ser mais uma crítica a este discurso, no sentido de assistencialista, que os estudantes público-alvo da educação especial continuarão sendo excluídos – o oposto da inclusão.

O uso de conceitos como direitos humanos, igualdade de oportunidade e direito ao acesso à escola de qualidade para todos, conduz à interpretação de que os objetivos são formar opinião e convencer o leitor sobre as ideias políticas contidas no texto. O discurso humanista é uma estratégia de legitimação dessa política de EE, que visa à inclusão de todos os alunos com deficiência nas escolas regulares. (VAZ, 2013, p. 82).

Voltando nossa atenção para a temática deste trabalho, é possível relacionar a prática da orientação educacional com a inclusão de estudantes público alvo da educação especial? Como o orientador pode atuar neste contexto? As práticas cotidianas do/a orientador/a educacional atendem a todos, em especial aos estudantes com deficiência, com transtornos do espectro autista e/ ou estudantes com altas habilidades/superdotação? Como fazer com que os discentes se sintam incluídos? O que pode ser feito, no contexto atual, para que haja uma educação inclusiva efetiva? As perguntas que coloco aqui não possuem uma resposta clara, conclusiva, objetiva, as questões são colocadas como reflexão.

Com a experiência de estágio não-obrigatório que tive pude perceber que a inclusão escolar existe, ainda que muitas vezes seja feita mais pelos próprios docentes e sem contar muito com a ajuda de outros profissionais da escola. Um dos desafios da pesquisa é entender em que momento desta inclusão o/a orientador/a educacional é inserido.

A próxima seção será encarregada de apresentar a educação especial, suas principais políticas, seu público-alvo, profissionais, serviços oferecidos e principalmente, como é organizada na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

3. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS

Nesta terceira seção apresento a educação especial na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF), sem perder de vista a contextualização da política em nível macro, ou seja, nacional, mesmo tendo claro que o foco é compreender a organização do serviço de Educação Especial (EE) no município escolhido.

Esta seção está dividida em dois momentos, sendo o primeiro responsável por apresentar a organização da educação especial na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, um pouco do seu contexto histórico, seu público-alvo e os serviços oferecidos, ao passo que no segundo momento apresentarei os profissionais que atuam nesta modalidade de ensino.

Visando alcançar o objetivo do trabalho⁷, como embasamento para esta seção utilizei a dissertação de mestrado da Prof^a Dra Dayana Valéria Folster Antonio Schreiber (2012), intitulada como “Política Educacional, Trabalho docente e alunos da modalidade Educação Especial: Um estudo nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”; a tese e a dissertação da Prof^a Dra Kamille Vaz (2017; 2013), além de autores como Rogalski (2010). Para além da produção acadêmica, utilizei documentos que norteiam a Educação Especial no âmbito municipal e federal – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), Documento Orientador da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (FLORIANÓPOLIS, 2010), entre outros.

Os documentos oficiais norteadores da educação especial, utilizados nesta seção, foram encontrados como resultado do levantamento documental realizado no *site* da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) na aba “Secretaria de Educação”⁸. O objetivo da pesquisa era encontrar possíveis documentos que tratassem da temática do trabalho, a orientação educacional e a educação especial, especialmente em abordagem conjunta, contudo, sem êxito. Apesar disso, busquei os temas em separado para depois fazer a articulação.

⁷ Compreender o papel, os limites e possibilidades do trabalho da orientação educacional para com estudantes da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

⁸ Na última seção do trabalho apresento com mais detalhamento o levantamento documental realizado no site da PMF.

Nesta direção, foi possível encontrar diversos documentos oficiais, em âmbito nacional, estadual e municipal, do qual abordam a educação especial. A seguir há uma lista de todos os documentos encontrados no site da PMF:

Nacional:

- Constituição Federal de 1988;
- Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (promulgação com o Decreto nº 6.949/2009);
- Convenção Interamericana pra a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa com Deficiência (ratificada pelo Decreto nº 3.956/2001);
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Janeiro de 2008);
- Decreto nº 7.612/2011 - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Plano Viver sem limite);
- Resolução nº 04/2009 - Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado;
- Plano Nacional de Educação - PNE - Lei 13.005/2014;
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Lei Brasileiro de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Estadual:

- Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina de 2014.

Municipal:

- Plano Municipal de Educação;
- Portaria 007/2014 - Diretrizes para a contratação de Professor Auxiliar de Educação Especial na RMEF;
- Portaria 122/2016 - Diretrizes da Política de Educação Especial da RMEF;
- Portaria 126/2016 - Alteração da nomenclatura do cargo de Professor Auxiliar de Libras para Professor Auxiliar Intérprete Educacional.

Nota-se que a quantidade de documentos a nível nacional que são encontrados na *homepage* da PMF é maior do que a quantidade de documentos a nível municipal.

É possível ainda perceber que a maioria dos documentos encontrados em âmbito nacional, como o nome já nos sugere, abordam questões referentes à inclusão do público-alvo da educação especial. Destaco ainda que nem todos estes documentos foram utilizados no trabalho, estão citados como forma de apresentar os resultados do levantamento documental. Na última seção explico qual critério de escolha foi feita para que a análise fosse possível, a fim de atingir o objetivo do presente trabalho.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, é um documento importante para a pesquisa, pois determina o que é a modalidade de ensino da educação especial. O Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, apresenta a PNEEPEI levando em consideração “avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos” (BRASIL, 2008). Esta Política então objetiva acima de tudo:

assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 14).

O documento ainda apresenta todo o contexto histórico da EE no Brasil – quase que como uma linha do tempo, os acontecimentos são apresentados em ordem cronológica – que primeiramente era organizada com o atendimento educacional especializado, sendo substitutivo ao ensino comum. Ainda é possível ter acesso a evolução do número de matrículas desta modalidade, sendo o Censo Escolar o responsável por estes números, bem como os estudantes atendidos:

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. (BRASIL, 2008).

No *site* da PMF, somos direcionados para o site do Censo Escolar, sendo possível encontrar o documento “Resultados Finais (redes estaduais e municipais) –

DOU Anexo II | Censo Escolar 2022”, o mesmo diz respeito ao número de matrículas feitas no ano de 2022 na modalidade de ensino da educação especial⁹. A tabela com estas informações pode ser encontrada nos apêndices do trabalho – TABELA 2a - Número de matrículas da educação especial em 2022 no Brasil e TABELA 3a - Número de matrículas da educação especial em 2022 em Florianópolis.

Além destes documentos, há ainda os que foram encontrados em textos de estudo para a realização da escrita do trabalho, sendo um deles o Documento Orientador da Educação Especial da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis que foi encontrado no decorrer da leitura de Dissertação de Schreiber (2012) e que é possível encontrá-lo no site da PMF, mas não na aba referente a Educação Especial. Foi possível, também, encontrar um documento referente ao número de estudantes, não só por nível de ensino, mas separado por deficiências, do primeiro (1º) semestre do ano de 2022, como mostra a figura a seguir:

Tabela 1 - Número de estudantes matriculados no 1º semestre de 2022 na RMEF, por etapa, modalidade de ensino e deficiências



Prefeitura Municipal de Florianópolis
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Educação Especial

NÚMERO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA POR NÍVEL DE ENSINO - Dados I Semestre 2022

Nível de Ensino	Auditiva		Visual		Surdocegueira	Intelectual	Motora - Física			TEA	AH/S	Em avaliação	Em observação	TOTAL
	PT	PP	Cego	BV			PC	Outros	Múltipla					
Educação Infantil	3	3	0	3	0	44	15	21	11	392	4	124	326	946
Ensino Fundamental	7	13	3	8	0	142	19	32	47	351	47	92	166	927
EJA	0	1	0	0	0	18	0	0	6	0	0	16	16	57
TOTAL	10	17	3	11		204	34	53	64	743	51	232	508	1930

PT = Perda Total
PP = Perda Parcial
BV = Baixa Visão
PC = Paralisia Cerebral
TEA = Transtorno do Espectro Autista
AH/S = Altas Habilidades/Superdotação

Fonte: Tabela da RMEF (2022), disponível na *homepage* da Instituição (FLORIANÓPOLIS, 2023).

A tabela anterior faz menção a quantidade de estudantes com deficiência, na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, sendo separada por tipo de deficiência, por nível e modalidade de ensino. Encontrou-se somente números referente ao primeiro semestre do ano de 2022. É interessante conhecermos estes números, bem

⁹ O documento “Resultados Finais (redes estaduais e municipais) – DOU Anexo I | Censo Escolar 2022”, apresenta o número de matrículas, no ano de 2022, na educação geral – classe comum.

como as deficiências presentes na RMEF, contudo não contempla o objetivo da presente pesquisa aprofundar os estudos nestes números e/ou deficiências, as informações estão colocadas a título de conhecimento e também para contextualizar a rede de ensino que aqui está sendo apresentada.

Importante destacar que ao longo da seção será abordado sobre os profissionais que atuam na rede de ensino que aqui está sendo apresentada. No que diz respeito aos professores da Educação Especial, utilizarei o termo Professor do AEE, ou seja, o Professor do Atendimento Educacional Especializado. Isto porque, segundo Vaz (2013), os dois profissionais possuem formação e lócus de atuação diferentes e também pelo fato de que em Florianópolis o termo utilizado é o de Professor do AEE e este se refere aos profissionais que atuam com os estudantes com deficiência, com transtorno de espectro autista e com altas habilidades/superdotação, nas salas multimeios.

3.1 ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA RMEF

Neste momento apresento as principais políticas referentes a esta modalidade, bem como os documentos que norteiam a sua prática na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, além ainda de explicar o que é a educação especial, qual é o seu público-alvo e um pouco de como esta modalidade de ensino está estruturada na RMEF.

A Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado, serviço realizado na Educação Básica, na modalidade da educação especial. Essa Resolução é um documento norteador no que se refere ao AEE, uma vez que determina o que é este serviço, o público-alvo a ser atendido, sua função e tudo o que mais possa relacionar-se com o atendimento educacional especializado.

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (BRASIL, 2009)

A Portaria nº 122/2016 é um dos documentos mais importante para a Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, pois estabelece as diretrizes da política de educação especial da própria Rede, assegurando o que é, qual seu público-alvo, quais são os seus princípios e serviços oferecidos. Neste mesmo documento ainda é apresentada a composição da estrutura organizacional da Educação Especial pública do município. Segundo consta no documento, a organização da RMEF quanto à EE é composta por:

- I. Gerência de Educação Especial/Secretaria Municipal de Educação – constituída por professores da Educação Especial (gerente e assessores), responsável pela coordenação dos serviços de Educação Especial.
- II. Atendimento Educacional Especializado (AEE) – regido por professores da Educação Especial que atuam nas Salas Multimeios.
- III. Ensino de Libras – regido por professores de Libras que atuam nas unidades educativas, conforme a demanda de estudantes com surdez.
- IV. Tradução e interpretação Libras-Português/Português-Libras – realizadas por professores Auxiliares Intérpretes Educacionais que atuam nas unidades educativas, conforme a demanda de estudantes com surdez.
- V. Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP) – tem por objetivo assegurar o atendimento ao estudante cego e ao de baixa visão, no que se refere à transição e adaptação de materiais didáticos e recursos acessíveis, necessários à sua educação escolar.
- VI. Serviço de Apoio – acompanhamento e auxílio nas atividades de locomoção, higiene pessoal e alimentação aos estudantes com deficiência, bem como aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), quando necessário e mediante avaliação técnica, conforme explicitado na Portaria nº007, de 21 de janeiro de 2014. (FLORIANÓPOLIS, 2016, p. 2).

Os tópicos III, IV e V não serão explorados, visto que não faz parte do objetivo deste trabalho explorar deficiências específicas, uma vez que busco compreender as atribuições que são colocadas e que contemplem o público-alvo da educação especial de forma geral, não somente uma parte. Os tópicos II e VI serão apresentados em momentos posteriores nesta seção. Neste momento abordo apenas sobre o primeiro tópico, que faz menção a Gerência de Educação Especial.

Durante o levantamento documental, pude conhecer bastante o site da PMF e, em especial, a Gerência de Educação Especial, onde contém o que é e quais são suas atribuições, conforme vemos abaixo:

Sobre a Gerência de Educação Especial:

A Gerência de Educação Especial é responsável pela gestão e coordenação pedagógica dos serviços da Educação Especial de modo a garantir as condições de acessibilidade ao conhecimento e ambiente educativo para os estudantes com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação.

São atribuições da Gerência de Educação Especial:

- Promover e aprimorar a Política de Educação Especial da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.
- Assegurar aos estudantes com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação o acesso, a permanência e a participação nas unidades educativas da Rede Regular de Ensino.
- Planejar, executar e coordenar a formação continuada de professores de Educação Especial, Libras, Auxiliar Intérpretes Educacionais e profissionais do serviço de apoio.
- Estabelecer parcerias com as instituições especializadas conveniadas e não conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação e setores afins.
- Estabelecer parcerias com as instituições de ensino superior, objetivando a realização de pesquisa, estudo e projetos de extensão.
- Aderir e apoiar os programas do Ministério da Educação que contribuem para a qualificação dos serviços da Educação Especial.
- Estabelecer articulação com os setores da Secretaria Municipal de Educação visando atividades conjuntas no que se refere à formação, assessoramento e ações de aprimoramento da Política de Educação Especial.
- Coordenar os serviços da Educação Especial e realizar o assessoramento pedagógico às unidades educativas, orientando os professores de Educação Especial e Libras, bem como os professores Auxiliares Intérpretes Educacionais e os profissionais do serviço de apoio, no desempenho de suas atividades educativas junto aos estudantes com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação. (FLORIANÓPOLIS, 2023).

Segundo Schreiber (2012) a educação especial na RMEF começou a ser discutida e melhor atendida, a partir de insatisfações que estavam acontecendo no decorrer do trabalho dos professores itinerantes¹⁰ e dos professores de salas de recursos. Isso era devido à falta de atenção da Secretaria de Educação com relação aos assuntos referentes à educação especial e também ao número excessivo de unidades escolares por polos gerando sobrecarga de trabalho.

Em 2001 esta situação teria sido amenizada, mas gerou um novo problema, pois muitos alunos com deficiência deixaram de ser atendidos pelo Município, sendo necessário a busca por parcerias e auxílio em universidades e instituições especializadas que mantinham convênio com a Prefeitura de Florianópolis.

Schreiber (2012) explica que o primeiro contato foi com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que por sua vez ofertou, aos professores especializados da Rede Municipal o curso de libras. A Universidade ainda dialogou com o curso de Arquitetura, possibilitando assim estudos adequados para a acessibilidade. Outra parceira foi a Associação Catarinense para Integração dos Cegos (Acic), que além de disponibilizar uma professora para realizar a formação sobre o Sistema Braille e o

¹⁰ “O professor itinerante trabalhava como um elemento facilitador da inclusão. Auxiliava o professor regente a incluir a criança com necessidades educacionais especiais na atividade que havia elaborado ou fazia orientações sobre equipamentos ou estratégias facilitadoras para o trabalho.” (PELOSI; NUNES, 2009, p. 143).

sorobã¹¹, propôs a implementação do Centro de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP), onde confeccionaram materiais em Braille e recursos adaptados para os alunos com deficiência visual.

Segundo Machado (2009 apud Schreiber, 2012) os professores responsáveis pelo atendimento dos estudantes com deficiência – nomeados como professores itinerantes – foram realocados de função, atuando na sala de recursos, oferecendo materiais, além de ofertar formação para o Sistema Braille, sorobã, Libras e adequação de materiais. Neste cenário, refletiu-se quanto ao termo “sala de recurso” – que passaram a ser denominadas como “salas multimeios [...], aquelas que buscam meios para complementar a sala de aula” (MACHADO, 2009, p. 78 apud SCHREIBER, 2012, p. 96).

Hoje a educação especial da RMEF possui uma estrutura que é responsável por todos os assuntos relacionados a esta modalidade de ensino.

No site da PMF podemos encontrar, na aba, Secretarias de Educação, diretorias que possuem o objetivo de gerenciar as modalidades de ensino e/ou as etapas do ensino básico, além de outros trabalhos prestados pela Secretaria de Educação. Na parte da educação especial é possível encontrar diferentes documentos, apresentando os serviços oferecidos, os profissionais que atuam e suas atribuições, além de contatos, quem faz parte da equipe responsável por cuidar de assuntos relacionados à educação especial e outras informações relevantes.

A Gerência da Educação Especial elaborou em 2007 um documento intitulado “Documento Orientador da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis” (FLORIANÓPOLIS, 2007), onde são apresentados os serviços oferecidos por esta modalidade, além das atribuições dos profissionais em que nela atuam. Entre os serviços oferecidos está o Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP)¹² e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que acontece nas Salas Multimeios (SMs) – em âmbito nacional as SMs são conhecidas como Sala de Recursos Multifuncionais.

¹¹ “O soroban, além de auxiliar nos cálculos matemáticos, estimula a coordenação motora, é capaz de desenvolver, no seu praticante, concentração, raciocínio lógico-matemático, atenção, memorização, percepção e cálculo mental, principalmente porque o operador é o responsável pelos cálculos por meios concretos; o instrumento não efetua os cálculos como as calculadoras digitais, aumentando a compreensão dos procedimentos envolvidos” (OLIVEIRA, 2016, p. 48). Segundo Oliveira (2016), o soroban ainda auxilia alunos cegos na realização de cálculos matemáticos.

¹² Não é o foco da pesquisa contextualizar e compreender este serviço.

O Atendimento Educacional Especial (AEE) é um tipo de serviço oferecido aos estudantes da Educação Especial, que complementa o ensino regular. Na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis é ofertado nas Salas Multimeios (SMs), que podem ser conhecidas também como salas de recursos multifuncionais, como coloca Schreiber (2012).

Os atendimentos realizados pelo AEE nas SMs acontecem no contraturno da classe comum da qual o estudante da Educação Especial está matriculado. Vale frisar que o AEE não substitui o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes na rede de ensino regular, ele o complementa. Quando nos referimos a professor da educação especial, estamos nos referindo ao profissional que atua no AEE, também chamado de “professor do AEE”.

Como dito, as salas multimeios (SMs) são espaços onde acontecem os atendimentos do AEE. Segundo consta no documento “Relação de polos sala multimeios na Rede de Ensino de Florianópolis” (FLORIANÓPOLIS, 2022), há 58 SMs na educação regular, mais uma em unidade educativa de EJA. Em outras palavras, 58 unidades educativas possuem locais adequados para a prestação do serviço do AEE, portanto, são pólos que atendem crianças de outras Unidades Educativas (UEs). sobre isso, neste mesmo documento explica-se quais são as unidades educativas que são polos das salas multimeios e quais são as unidades de abrangência.

Este conceito pode ser entendido como:

As salas multimeios funcionam como polo de atendimento e cada uma delas recebe também alunos de outras unidades, chamadas de abrangência, contemplando aquelas que fazem parte da rede de ensino e também instituições conveniadas à rede, que ofertam educação formal e não-formal. (MICHELS; CARNEIRO; CARDOSO, 2012, p. 6).

A oferta deste serviço, aos estudantes, é obrigatória da rede municipal de ensino, porém a participação ou não dos estudantes é optativa.

Michels, Carneiro e Garcia (2012) indicam que segundo o Documento Orientador da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, os critérios para a seleção dos alunos que serão atendidos nas Salas Multimeios, são: estar regularmente matriculado na rede regular de ensino, solicitação dos professores juntamente com o diagnóstico dos/as alunos/as, se o/a aluno/a já é atendido em outro local. Com este último critério concluo que muitas vezes se é levado em consideração

a situação socioeconômica de cada estudante. Michels; Carneiro e Garcia (2012, p. 6) explicam que:

Quando o aluno já frequenta outro atendimento, considera-se como não elegível para o AEE na sala multimeios. Observamos que, em geral, tais atendimentos são realizados em instituições privado-assistenciais, o que significa a manutenção dos convênios público-privados no setor (PERONI, 2009).

O Decreto nº 7.611/2011 define, em todos os aspectos o que é o Atendimento Educacional Especializado, sendo eles:

Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o **caput** serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou

II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino. (BRASIL, 2011).

Em síntese, conforme demonstrado ao longo dessa seção, o serviço do AEE precisa estar articulado com o trabalho do professor da classe comum, uma vez que é um serviço que completa o que acontece dentro da sala de aula. A integralização do trabalho, pensando na qualidade do processo de aprendizagem dos estudantes da educação especial, precisa ser articulado, não apenas pelo professor do AEE e o professor da classe comum, mas também com o/a orientador/a educacional, pois como vimos, na seção anterior, este profissional visa, também, uma qualidade no

processo de aprendizagem dos estudantes – ainda que não se mencione “estudantes público-alvo da educação especial” – levando-se em consideração todo o contexto que o mesmo está inserido, todos os aspectos que podem interferir negativamente ou potencializar a sua aprendizagem. Na próxima seção apresento com mais ênfase a relação da orientação educacional com os estudantes público-alvo da educação especial, tendo como base os documentos encontrados durante o levantamento documental.

3.2 OS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA RMEF

Na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis há dois profissionais encarregados de atender diretamente os estudantes da Educação Especial de forma mais geral: o Professor do Atendimento Educacional Especializado; e o Professor Auxiliar de Educação Especial que atua na classe comum, junto do professor regente da turma e com as demais crianças.

Para além destes profissionais, que atuam diretamente com estudantes público-alvo da educação especial, encontramos, também, no site da PMF, na aba “Cargos e Atribuições”, os seguintes profissionais da RMEF: o administrador escolar, assistente administrativo, auxiliar de sala, bibliotecário, auxiliar de serviços gerais, cozinheira, fonoaudiólogo, motorista, nutricionista, professor auxiliar de todas as áreas, professor auxiliar de atividades de ciências, professor auxiliar de educação infantil, professor auxiliar de ensino fundamental, professor auxiliar intérprete educacional, professor auxiliar de tecnologia educacional, professor dos anos iniciais do ensino fundamental, professor de apoio pedagógico do ensino fundamental, professor de artes cênicas, artes música, artes plásticas e/ou visuais, ciências, espanhol, geografia, história, inglês, matemática, português e português-inglês, professor de dança, professor de educação física, professor de educação infantil, professor de Língua Brasileira de Sinais, orientador educacional, supervisor escolar e diretor de unidade educativa.

A prática destes profissionais precisa estar em consonância uma vez que estão visando um processo de aprendizagem inclusivo e de qualidade para crianças e adolescentes público-alvo da educação especial do ensino básico da Rede Municipal

de Ensino de Florianópolis, sendo eles: deficientes, com altas habilidades e transtorno do espectro autista (TEA).

O professor do AEE tem o seu trabalho voltado para as salas multimeios e suas atribuições estão colocadas no “Documento orientador da educação especial na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis”:

- I - Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos alunos de forma a construir um plano de atuação para eliminar as barreiras impostas pelas deficiências;
- II - Reconhecer as habilidades dos alunos;
- III - Identificar as necessidades do contexto escolar e dos alunos;
- IV - Produzir materiais e indicar a aquisição de: softwares, recursos e equipamentos tecnológicos, mobiliário, recursos ópticos e não ópticos, dicionários e outros materiais que considerar necessário para o desempenho da habilidade do aluno;
- V - Elaborar e executar o Plano de AEE, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos educacionais e de acessibilidade;
- VI - Organizar o tipo e o número de atendimentos educacional para os alunos com deficiência, TEA e Altas Habilidades/Superdotação;
- VII - Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula do ensino regular, bem como a outros ambientes da escola;
- VIII - Orientar os demais professores, as famílias e os colegas de turma quanto ao uso dos recursos disponíveis;
- IX - Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação (TIC), a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o sorobã, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade, dentre outros;
- X - Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços de saúde, assistência social e outros;
- XI - Participar dos Conselhos de Classe/Séries/Anos, reuniões de professores, reuniões de pais da escola e outras atividades pedagógicas da UE, sempre que se fizer necessário;
- XII - Encaminhar os alunos com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação para realização de avaliações clínicas ou com equipes multidisciplinares, quando necessário;
- XIII - Encaminhar a solicitação de Auxiliar de Ensino de Educação Especial para Gerência de Educação Inclusiva, após avaliação do contexto escolar e das necessidades dos alunos;
- XIV - Acompanhar e orientar, pedagogicamente, o trabalho dos auxiliares de Educação Especial, Auxiliar de LIBRAS e professores de LIBRAS;
- XV - Participar das discussões educativo-pedagógicas propostas pela Unidade Educativa;
- XVI - Elaborar relatório anual das atividades realizadas no AEE e no Pólo, com critérios definidos pela Gerência de Educação Inclusiva (FLORIANÓPOLIS, 2007, p. 2-3).

Outro documento que cita a função de professores do AEE, mas como documento maior, que vale para todo o território, é a Resolução nº 4 de outubro de

2009¹³, no seu artigo 13, ao indicar oito atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado, ou seja, do professor de educação especial, sendo elas:

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009b, s/p).

Schreiber (2012), faz uma análise destas atribuições e levanta um ponto um tanto quanto significativo, que a quantidade de atendimentos realizados por apenas um profissional, pode acarretar na precarização do trabalho, uma vez que o profissional não apenas atua nas salas multimeios com os estudantes, mas, produz recursos pedagógicos, acompanha o uso destes na classe comum, tendo o papel ainda de orientar as famílias e os demais professores para o uso dos recursos produzidos. Ou seja, o professor do AEE tem muitas atribuições, pois trabalha em parceria, na prática, com os demais cenários em que os estudantes estão inseridos, levando todos eles em consideração, enquanto que o professor auxiliar tem o seu trabalho mais voltado para dentro da sala de aula regular, tendo o olhar mais voltado para o que acontece neste espaço.

Pode-se dizer então que o professor do atendimento educacional especializado, analisa e acompanha, principalmente o todo, já o professor auxiliar analisa e acompanha apenas uma parte deste todo, ou seja, a sala de aula. E levando em consideração que no AEE muitos estudantes são atendidos pelo mesmo

¹³ O Documento Orientador da Educação Especial da Rede Municipal de Florianópolis, possui nove (9) atribuições a mais para o professor da educação especial, do que a Resolução nº 4 de outubro de 2009.

profissional, a reflexão da autora faz bastante sentido – dependendo da quantidade de atendimentos realizados pelo mesmo profissional, pode acarretar sim em uma precarização do trabalho, visto a quantidade de coisas a se fazer.

Por sua vez, os professores auxiliares de Educação Especial, tem como objetivo, além de estimular a autonomia e a independência dos alunos com deficiência e/ou TEA, as seguintes atribuições:

São da competência do auxiliar:

- I - Participar de reuniões pedagógicas, conselhos de classe, planejamentos e de grupos de estudo na unidade educativa;
- II - Seguir a orientação dos professores da Sala Multimeios – SM e de outros profissionais especializados que acompanham este(s) aluno(s);
- III - Aplicar e utilizar os materiais e recursos de Comunicação Aumentativa Alternativa e Tecnologia Assistiva fornecidos pelos profissionais do ensino especializado e sob orientação dos professores da Sala Multimeios;
- IV - Colaborar com o professor na realização de relatórios e/ou avaliações do desempenho do aluno;
- V - Auxiliar o(s) aluno(s) com deficiência em sua alimentação, de acordo com as orientações do profissional especializado que o(s) acompanha(m);
- VI - Auxiliar o(s) aluno(s) em sua higiene conforme orientações do profissional especializado que acompanha o(s) mesmo(s), de acordo com as particularidades de cada aluno;
- VII - Auxiliar o(s) aluno(s) em sua locomoção: conduzir a cadeira de rodas, apoiá-lo quando caminhar, ainda que tenha dificuldade e/ou colocá-lo e acompanhá-lo no andador, de acordo com as orientações do profissional especializado que acompanha o(s) aluno(s);
- VIII - Acompanhar o(s) aluno(s) no recreio incentivando a interação com os demais alunos da UE;
- IX - Acompanhar e auxiliar o aluno nas aulas de Educação Física, estimulando-o a exercícios assistidos;
- X - Buscar orientações pedagógicas específicas do aluno(s) com deficiência(s) diretamente com os professores da Sala Multimeios;
- XI - Resolver questões administrativas diretamente com a chefia imediata – Gestor Escolar e/ou Especialistas da UE;
- XII - Conhecer o histórico do(s) aluno(s), buscando informações nos relatórios anteriores;
- XIII - Socializar e discutir com os professores da SM qualquer informação em relação ao(s) aluno(s), recebida pela família ou por outros profissionais. (FLORIANÓPOLIS, 2007, p. 4).

O documento da Rede de Ensino de Florianópolis ainda cita quais atribuições são do professor auxiliar na ausência do estudante da EE, sendo elas:

- I - Permanecer na sala de aula do aluno que acompanha, colaborando nas atividades pedagógicas com toda turma;
- II - Permanecer na unidade educativa desenvolvendo atividades, tais como: estudo, pesquisa, confecção de materiais de acordo com o planejamento do professor e das orientações dos professores da SM;
- III - Receber orientações dos professores da SM;
- IV - Acompanhar outro(s) aluno(s) com deficiência de acordo com a necessidade do dia;

V - O auxiliar do(s) aluno(s) com deficiência não poderá substituir o professor regente no sentido de planejar atividades pedagógicas para os alunos com deficiência ou para o grupo;

VI – não ministrar as aulas para este ou outros grupos, mas deverá colaborar no planejamento e estar ciente do que será trabalhado em sala de aula, acompanhando as atividades junto ao(s) aluno(s) com deficiência conforme o planejamento do professor;

VII – Participar das atividades de acordo com a organização da Unidade Educativa e as diretrizes curriculares vigentes. (FLORIANÓPOLIS, 2007, p. 5).

Dentre estas atribuições destaco os incisos I e o VII, pois são ações possíveis de serem desenvolvidas pelo/a orientador/a educacional. O inciso I relaciona-se de certa forma com a inclusão escolar, pois envolve toda a turma, sendo um cenário possível de intervenção da orientação educacional para a discussão e apresentação do que é a educação especial e/ou promover ações pedagógicas inclusivas. Já o número VII visa a participação na organização da unidade educativa, é importante a orientação educacional estar inserida nesta prática, pensando, novamente, na inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial.

Quanto a formação necessária para os dois professores, conforme Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 (BRASIL, 2001) e em editais de contratação de professores substitutos para o município de Florianópolis¹⁴, o professor do AEE necessita da Graduação no curso de Licenciatura em Educação Especial ou Graduação no curso de Licenciatura em Pedagogia, com habilitação em Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado ou Graduação nos cursos de Licenciatura em Pedagogia e curso de pós-graduação em Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, ou, por fim, ser estudante da 5ª fase em diante do curso de Licenciatura em Educação Especial. Por sua vez, para atuar como professor auxiliar de educação especial é necessário ter graduação no curso de Licenciatura em Pedagogia ou graduação em Licenciaturas ou formação no ensino médio em Magistério ou ainda ser estudante da 5ª fase em diante no curso de Licenciatura em Pedagogia (FLORIANÓPOLIS, 2021).

¹⁴ Informações disponíveis no Edital nº 010/2021, que se refere a contratação de professores substitutos para o município de Florianópolis para o ano letivo de 2022.

Schreiber (2012) aponta que há uma diferença de entendimento entre as profissões, quando comparamos Florianópolis as demais cidades do estado de Santa Catarina, com relação a nomenclatura de profissional de apoio¹⁵. Segundo ela:

O uso de diferentes nomenclaturas indica que os municípios não possuem um entendimento em comum quanto à função desse profissional, algo que interfere no desenvolvimento do trabalho pedagógico em sala de aula com o aluno da modalidade de Educação Especial, pois há uma diferença relevante entre as ações de um auxiliar e as de um professor. (SCHREIBER, 2012, p. 104).

Schreiber (2012) aponta que há discordâncias no entendimento entre as profissões. As nomenclaturas são diferentes e isso pode prejudicar o trabalho na prática, porque não se sabe ao certo qual profissional faz o quê.

Mas será que não seria possível utilizar uma única nomenclatura para se referir aos profissionais que atuam com os estudantes da educação especial? Com base nas leituras realizadas concluo que não é possível existir uma única nomenclatura, pois se queremos que todo o corpo docente, ou todos os profissionais de uma escola, incluam estes estudantes¹⁶, temos que partir do ponto que cada profissional tem uma atribuição diferente, ademais, as propostas de organização da EE nas redes de ensino são distintas. Ou seja, dentro da escola há diferentes profissionais, com diferentes atribuições e cada um, à sua maneira, procurará incluir os estudantes deficientes, autistas e com altas habilidades/superdotação.

Vaz (2017, p. 109) em sua tese, traz uma discussão muito interessante a respeito do professor da educação básica, especificamente do professor de Educação Especial, pensando este profissional no âmbito da sociedade e em todos os interesses que perpassam pelo seu projeto, pela sua prática. A autora aponta que, e concordo com a sua escrita, “a escola e o professor são essenciais para a formação crítica dos sujeitos”, desenvolvendo um projeto que visa a emancipação humana. Aponta ainda que o professor é objeto de desqualificação no âmbito do discurso da política e das práticas sociais. Vaz (2017) indica algumas características deste fato:

Algumas características dessa realidade são: formação aligeirada como mínimo de teoria, salários reduzidos e atrelados ao desempenho nas provas de larga escala, as quais medem conhecimentos padronizados e

¹⁵ A RMEF o nomeia como professor auxiliar.

¹⁶ Lembrando aqui, que nos referimos a estudantes com deficiência, autistas e com altas habilidades/superdotação.

sincronizados com as exigências do mercado de trabalho para com a classe trabalhadora; prática pautada nos saberes e competências que reduzem a possibilidade da escola ao treinamento. (VAZ, 2017, p. 109).

A autora explica que esta terceirização do trabalho, a contratação de professores sem formação, os contratos temporários, formação aligeirada, são características encontradas também quando nos referimos aos professores da Educação Especial.

Na contracorrente dessa tendência, Vaz (2017, p. 113) nos apresenta qual professor que deveríamos reivindicar sendo aquele que ensina, aquele que objetiva, com o seu trabalho, formar “uma consciência crítica e coletiva que possa contribuir para transformar a realidade histórica e social”. Neste contexto então, é pautado, que a prática do professor de educação especial funcione do mesmo jeito, “possibilitar aos estudantes com deficiência o acesso ao conhecimento científico produzido socialmente da mesma forma que para os demais estudantes” (VAZ, 2017, p. 113).

As políticas que estão em vigor atualmente, referentes à Educação Especial, nos mostram que o professor de AEE, na sua prática faz uso de materiais e recursos a fim de auxiliar os estudantes no seu processo de aprendizagem. Vaz (2017, p. 114), partindo da contribuição de Jannuzzi (2012), defende que estes profissionais devem ser resistentes a isto que está sendo posto nas atuais políticas, uma vez que “o professor de EE deve mediar com os estudantes da educação especial o conhecimento científico que possibilite conhecer, refletir, criticar e intervir na sociedade.” Ou seja, não é errado o professor de educação especial – que conhecemos como o professor do AEE – faça uso destes recursos e materiais durante a sua prática, porém este profissional não pode fazer com que o seu trabalho seja somente o uso destes instrumentos. Os materiais e os recursos que são utilizados no AEE devem ser vistos apenas como uma ferramenta que contribui para o processo de aprendizagem destes estudantes e não um fim em si mesma.

4. A RELAÇÃO ENTRE A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Nesta quarta e última seção do trabalho apresento o levantamento documental feito na *homepage* da RMEF e levantamento bibliográfico feito na produção acadêmica da área da educação buscando articular os dois subtemas deste trabalho: orientação educacional e estudantes da educação especial. Para me aproximar melhor do chão da escola, partimos do caso da RMEF, visando compreender o papel, os limites e possibilidades do trabalho da orientação educacional para com estudantes da educação especial. Será mostrado, com base nos materiais coletados, se existe uma relação prevista do trabalho do/a orientador/a junto aos estudantes público-alvo da educação especial e de que maneira está organizado este trabalho.

Dada a análise feita na terceira seção, referente ao Atendimento Educacional Especializado, se faz necessário aqui discorrer quanto ao papel do/a orientador/a educacional na PMF, uma vez que suas atribuições se assemelham ao que foi apresentando em nível nacional pela produção acadêmica da área – exposto na seção dois.

A primeira etapa do levantamento documental baseou-se em pesquisar na *homepage* da PMF possíveis documentos que trouxessem de alguma forma a relação entre a profissão de orientador/a educacional e a modalidade de ensino da educação especial, ambas apresentadas com detalhes em seções anteriores do trabalho. Para tanto, as seguintes palavras-chave foram utilizadas: educação especial, deficiência, altas habilidades, autismo, atendimento educacional especializado, orientação educacional, organização escolar e coordenação pedagógica. Entendo que essas expressões indicam, de certa forma, uma relação com a temática abordada no trabalho.

Explico que para chegar nos documentos segui os seguintes caminhos: na *homepage* da Secretaria Municipal de Educação da PMF, no canto esquerdo da página, há várias seções com o nome das “diretorias” da Secretaria, que gerenciam modalidades e as etapas do ensino básico, além de outros serviços prestados

referente à Rede¹⁷. Acessei cada uma destas seções e todos os documentos que apareciam, fazendo nesses uma busca pelas palavras-chave anteriormente citadas. Os documentos que continham uma ou mais das devidas palavras-chave foram salvos para posterior análise.

No levantamento inicial foram encontrados aproximadamente 40 documentos, porém, nem todos foram analisados, pois distanciavam-se do recorte temático. Com a ajuda das orientadoras deste trabalho, foi feito um recorte priorizando os documentos que de fato abordassem um dos dois subtemas com maior centralidade e não apenas como menção pontual.

Além disso, cabe explicar que: a) apesar de na *homepage* voltada à educação especial na RMEF ter sido onde encontrei o maior número de documentos, estes são referentes especificamente à modalidade e nenhum deles menciona a OE – estes documentos da área foram abordados na seção anterior; b) foi um tanto desafiador achar materiais que abordassem os assuntos de forma conjunta, sendo que não encontrei menção explícita referente ao trabalho integrado da OE com o AEE ou estudantes da modalidade de EE¹⁸.

Os documentos previamente selecionados foram organizados em um quadro¹⁹ com as seguintes informações: nome, ano, autoria, tipo de documento, assunto, link de acesso, data de acesso ao documento. Abordarei nesta seção quatro dos documentos selecionados, pois estes contemplam a especificidade dos profissionais da OE e EE – e conseqüentemente do AEE – e tornou possível visualizar a relação proposta nesta pesquisa²⁰. Os documentos selecionados para a análise aqui foram:

- Edital nº 010/2019 – Processo Seletivo de Professores Substitutos para o ano letivo 2020 (FLORIANÓPOLIS, 2019a);

¹⁷ Entre elas a Diretoria de Gestão Pessoal da Educação (DGPE), a Diretoria de Planejamento e Dados Educacionais (DIPED), a Diretoria da Educação Infantil (DEI), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial etc.

¹⁸ Encontrei apenas um documento do estado de Santa Catarina que aborda atribuições do/a orientador/a educacional para com os estudantes com altas habilidades/superdotação, porém este documento não é utilizado no município de Florianópolis, pois o mesmo segue políticas próprias, sendo assim não aprofundi esta discussão na presente pesquisa, mas cabe registrar sua existência para estudos posteriores. O título do documento é “Núcleo de Educação Especial (NEESP)” (SANTA CATARINA, 2018).

¹⁹ Que se encontra no apêndice do trabalho.

²⁰ Os outros documentos encontrados durante a pesquisa distanciavam-se da temática do trabalho, por isso não foram analisados. Ou seja, eles tratavam da garantia do acesso à criança com deficiência, oferta do AEE, diretrizes para a contratação dos professores auxiliares da educação especial, formação sobre a EE, organização e funcionamento das unidades educativas, Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, entre outros.

- Edital nº 003/2019 – Concurso Público realizado no ano 2019 (FLORIANÓPOLIS, 2019b);
- Edital nº 010/2021 – Processo Seletivo de Professores Substitutos para o ano letivo 2022 (FLORIANÓPOLIS, 2021);
- Definição de “Cargos e atribuições” dos profissionais da educação da PMF (FLORIANÓPOLIS, 2023).

A partir desses documentos, a presente seção está dividida em dois momentos, sendo que no primeiro contextualizo um pouco sobre a orientação educacional na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis e no segundo apresento a análise dos documentos selecionados em diálogo com o levantamento bibliográfico mencionado.

4.1 A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS

Apresento aqui um pouco de como está organizada a orientação educacional na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

Segundo informações obtidas com funcionários da PMF, atualmente a Rede Municipal de Ensino de Florianópolis conta com 77 orientadores/as educacionais, sendo 57 efetivos e 20 substitutos, que atuam em escolas que ofertam ensino fundamental do Município ou que são conveniadas com ele. Não há Serviço de Orientação Educacional (SOE) na educação infantil da RMEF²¹.

A Portaria nº 359/2019, “define critérios para a organização do quadro de vagas para lotação de servidores do magistério público municipal de Florianópolis e estabelece outras providências.” (FLORIANÓPOLIS, 2019, p.1). Sendo assim, no que diz respeito ao orientador educacional, o número de profissionais contratados varia de acordo com o número de estudantes por unidades educativas do ensino fundamental da RMEF, da seguinte forma:

- A partir de 80 estudantes é necessário 1 profissional de orientação educacional na unidade educativa.

²¹ Oficialmente não conseguimos obter essas informações em nenhum relatório e em nenhum outro documento oficial da RMEF, sendo necessário entrar em contato com uma pessoa que trabalha na Secretaria de Educação para que a mesma pudesse fornecer estes dados. Apesar disso, trata-se de um dado atual da OE na Rede.

- A partir de 500 estudantes são necessários 2 profissionais de orientação educacional na unidade educativa;
- A partir de 1.000 estudantes são necessários 3 profissionais de orientação educacional na unidade educativa;
- A partir de 1.500 estudantes são necessários 4 profissionais de orientação educacional na unidade educativa.

Segundo consta no *homepage* da PMF, as atribuições da OE na Rede aproximam-se em partes com as atribuições trazidas na seção 2, intitulada “*Orientação Educacional: Contexto histórico e atribuições*”, uma vez que se preocupam com a qualidade do processo de aprendizagem dos educandos. As atribuições são mais práticas e estão relacionadas a mobilização da família, desenvolvimento de projetos, elaboração e acompanhamento de avaliações, programas, reuniões, cooperação com os professores, ações estratégicas para com os alunos e entre outras atribuições. Nota-se a existência de práticas relacionadas a relação da família com a escola e com a comunidade, visto que a orientação educacional leva em consideração todo o contexto em que os educandos estão inseridos e isto, certamente relaciona-se com a vida em sociedade.

Nessa direção, retomo a citação de Ferreira (2012, p. 12), ao indicar as principais atribuições da OE:

Por isso, cabe ao Orientador Educacional:

- Mobilizar a família, os estudantes e a escola para a investigação da realidade, com vistas à transformação desta realidade;
- Atrair a família para a escola;
- Desenvolver suas ações juntamente com a Coordenação Pedagógica e Direção;
- Cooperar com o professor, auxiliando-o na prática pedagógica, principalmente na observação, no registro, planejamento, replanejamento e avaliação de todo o processo pedagógico;
- Cooperar com o professor quanto à criação de estratégias para a motivação dos alunos em aprender e dos professores em ensinar;
- Intervir preventivamente em relação a situações e dificuldades dos estudantes;
- Captar a confiança dos alunos, sendo firme nas ações, mas não intimidando-os;
- Desenvolver hábitos de estudo e organização;
- Promover atividades de orientação vocacional;
- Promover formação continuada e reflexão da prática para os professores e equipe da escola;
- Propor mudanças estratégicas para melhoria do desenvolvimento integral dos educandos.

A partir da citação anterior vemos o que Ferreira (2012) aponta para atribuições que cabem orientação educacional, sendo que delas ressalto quatro pontos que acredito serem aberturas para relacionarmos a prática deste profissional com os estudantes público-alvo da educação especial, mesmo que não são exclusivo para eles, mas para todos os estudantes, inclusive os da modalidade, sendo: a) cooperar com o professor, auxiliando-o na prática pedagógica, principalmente na observação, no registro, planejamento, replanejamento e avaliação de todo o processo pedagógico; b) cooperar com o professor quanto à criação de estratégias para a motivação dos alunos e dos professores em ensinar; c) intervir preventivamente em relação a situações e dificuldades dos estudantes; d) promover formação continuada e reflexão da prática para os professores e equipe da escola;

Aprendi com a pesquisa que a orientação educacional tem como foco de seu trabalho a qualidade na aprendizagem dos educandos e isto implica em muitas coisas, como por exemplo, observar os educandos, elencar suas demandas e pensar estratégias pedagógicas para que tais demandas sejam contempladas. Este profissional, ao intervir em momentos de dificuldades, está incluindo esse estudante na realidade da escola, de certa maneira, preocupa-se com seu processo de aprendizagem. Promover formação continuada poderia ser algo para que todos os profissionais da escola a tivessem, uma vez que a escola é gerida por muitas pessoas e todos deveriam contribuir para a aprendizagem destes estudantes.

Estas atribuições, apesar de estarem sendo referenciadas por Ferreira (2012), aos/as orientadores/as educacionais, deveriam estar postas a todos os profissionais que atuam no dia a dia de uma escola, uma vez que os estudantes são estudantes da escola, não apenas de um setor ou de um profissional. Pensar em uma educação inclusiva, e aqui me referindo em especial a inclusão dos estudantes da educação especial, acredito que significa idealizar uma escola onde todos os profissionais saibam 'lidar' com estes estudantes e não apenas o professor do AEE ou o professor auxiliar de educação especial. Mas idealizar uma escola assim implicaria em condições de trabalho e estudo adequadas, de um projeto político pedagógico e de outras coisas que esta pesquisa não tem o objetivo de cumprir.

No que diz respeito às atribuições do/a orientador/a educacional e dos professores do AEE, elas são bem demarcadas, sendo necessário destacar que cada profissional tem atribuições que lhe competem, mas que também se aproximam muito, à medida que visam a melhoria na qualidade da aprendizagem dos educandos, além

ainda de manter uma boa relação com a família de cada educando. A reflexão vai ao encontro de identificar aproximações e distanciamentos nas atribuições das duas áreas e não de delegar mais coisas a se fazer.

Acho importante destacar que nos documentos analisados referentes à orientação educacional, não é mencionado os estudantes público-alvo da educação especial. É mencionado apenas “estudantes”. Se de um lado isso é positivo, pois as crianças público-alvo da EE não são outra coisa que não estudantes numa escola, se outro sinto que isto gera dúvidas por não mencionar a especificidade deles. Em outras palavras, o/a orientador/a educacional na RMEF também atua com os estudantes público-alvo da educação especial ou isto é entendido na PMF como uma responsabilidade dos profissionais desta modalidade de ensino?

Na sequência abordarei mais sobre as funções da OE na PMF e a articulação com os profissionais da EE, buscando encontrar uma possível relação da orientação educacional com os estudantes da educação especial.

4.2 AS ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA RMEF: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS

Neste tópico do trabalho apresento a análise do levantamento documental realizado. Ao longo do levantamento não foi possível encontrar um documento que tratasse explicitamente da relação entre orientação educacional e educação especial, porém, conseguimos dialogar com as funções atribuídas aos profissionais destas áreas – o/a orientador/a educacional, professor auxiliar de educação especial e professor do atendimento educacional especializado.

São muitas as atribuições referentes a cada profissional, sendo que nem todas elas estão colocadas no quadro a seguir, visto que não foram possíveis de diálogo entre a orientação educacional e a educação especial. Porém, foi possível achar pelo menos uma atribuição de cada profissional que se relaciona com o que estava sendo buscado neste TCC. Assim apresento o quadro a seguir, onde constam as atribuições dos profissionais destas duas áreas, sobre as quais identifiquei aproximações possíveis.

Quadro 4 - Atribuições dos profissionais da OE e da Educação Especial que atuam na RMEF, 2019-2023²²

<p>Orientação Educacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Caberá planejar, articular e acompanhar a execução do Projeto Político Pedagógico e planejar e participar de todos os momentos de discussões na escola, contribuindo com seu conhecimento e com sua especificidade no processo educacional da unidade educativa. - Contribuir para o acesso e a permanência de todos/todas os/as estudantes na escola, intervindo com sua especificidade de mediador na realidade do/da estudante; - Mobilizar os/as professores/as para a qualificação do processo ensino e aprendizagem, através da composição, caracterização e acompanhamento das turmas, no horário escolar; - Contribuir para o desenvolvimento do autoconceito positivo do/da estudante, visando à aprendizagem do/da mesmo/mesma, bem como à construção de sua identidade pessoal e social; - Coordenar a elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de projetos, planos, programas e outros, objetivando o atendimento e acompanhamento do/da estudante, no que se refere ao processo ensino e aprendizagem, bem como, o encaminhamento dos/das estudantes a outros/outras profissionais, se necessário; - Assumir uma postura ética e respeitosa com as crianças, estudantes, pais e os demais profissionais;
--------------------------------------	--

²² Este recorte temporal se refere aos anos dos Editais de processo seletivo da RMEF e das atribuições dos profissionais que constam na página oficial da PMF.

Educação Especial	Professor Auxiliar de Educação Especial (Profissional de Apoio)	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalhar em parceria e de forma articulada com o professor de sala de aula e professor da sala multimeios, sem que assuma atividades de Escolarização ou de Atendimento Educacional Especializado; - Elaborar relatórios sobre o estudante que acompanha, anexando-os às pastas dos estudantes arquivadas nas salas multimeios; - Participar dos momentos coletivos de organização do trabalho pedagógico da unidade educativa, tais como: reuniões pedagógicas, colegiado de classe, planejamento, grupos de estudos, entre outros; planejamento, grupos de estudos, entre outros. - Articular com os professores regentes e professores de educação especial a acessibilidade das atividades propostas.
	Professor do Atendimento Educacional Especializado	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de materiais e recursos acessíveis; indicação de materiais para aquisição; acompanhamento do uso dos recursos em sala de aula; - Orientação às famílias, professores e colegas de turma quanto ao recurso utilizado pelo estudante; - Articulação com o professor de sala de aula, profissionais da área clínica, com profissionais das instituições especializadas conveniadas, visando informações que complementam o AEE e assessoramento e acompanhamento às unidades educativas de abrangência; - Assumir uma postura ética e respeitosa com os estudantes, pais e os demais profissionais e participar das discussões educativas/pedagógicas propostas pela unidade educativa e pela Secretaria Municipal de Educação. - Observação pedagógica de crianças/estudantes com ou sem diagnóstico para encaminhamento mediante critérios pedagógicos do roteiro de observação, disponibilizado pelos professores de educação especial.

Fonte: produzido pela acadêmica a partir dos Editais de processo seletivo da RMEF e das atribuições dos profissionais que constam na página oficial da PMF (FLORIANÓPOLIS, 2019a, 2019b, 2021, 2023).

As atribuições da OE com as do professor do AEE assemelham-se entre si à medida que o/a orientador/a também tem como atribuição orientar as famílias, os professores e os alunos nas mais diversas situações que possam vir a surgir e comprometer o processo formativo. O professor do AEE faz estas orientações sobre a perspectiva da EE, mas isto poderia se tornar uma demanda do OE também, uma vez que esta profissão se preocupa com o processo de ensino aprendizagem dos estudantes – ainda que mesmo assim em documentos oficiais referentes a orientação educacional, nada é mencionado com relação aos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação.

A orientação educacional busca compreender e ajudar o aluno levando em consideração todo o contexto em que o mesmo está inserido e aqui neste contexto entra compreender quais as suas deficiências, transtornos e de que forma podem ajudar esses estudantes. Ainda que o/a orientador/a educacional não tenha tanto conhecimento com relação ao que acontece no AEE, devido a sua formação, e aos materiais e recursos que são produzidos, o/a mesmo/a poderia então auxiliar os professores do AEE nesta mediação com as famílias, com os professores e demais estudantes da classe comum regular.

O tópico do qual faz menção a observação de estudantes sem diagnóstico, poderia estar nas atribuições da orientação educacional, uma vez que se estes profissionais se preocupam com o processo de aprendizagem dos estudantes em geral, e estar atento, observando as demandas de cada estudante é muito importante para o seu processo de aprendizagem.

Retomando o Quadro e relacionando a OE com o professor auxiliar de educação especial, acredito que os dados diferem das atribuições estabelecidas até aqui, tornando um pouco mais desafiador fazer a relação. Digo isso, pois identifico que as atribuições do professor auxiliar de educação especial estão mais voltadas para o cuidado dos estudantes, auxiliando-os na locomoção, cuidados pessoais, alimentação, auxiliam o aluno na organização das suas atividades escolares, promovem a inclusão destes estudantes dentro da sala de aula regular, e buscam ainda ampliar as habilidades dos estudantes autistas, bem como sua autonomia. No seu trabalho precisa haver uma relação direta com o professor do atendimento educacional especializado, uma vez que o trabalho de um interfere diretamente no trabalho do outro.

A orientação educacional neste contexto poderia colaborar com o trabalho do professor auxiliar e vice-versa no diálogo sobre o processo e inclusão do estudante, buscando estratégias que promovam a inclusão de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, dentro da sala de aula, ou até mesmo planejar junto com os professores de educação física, aulas mais acessíveis, para que os estudantes que não são da educação especial, não só aprendam mais sobre acessibilidade, como também a coloquem em prática nos seus diferentes contextos – “Articular com os professores regentes e professores de educação especial a acessibilidade das atividades propostas” (FLORIANÓPOLIS, 2021, p. 28). Destaco que auxiliar no planejamento de ações pedagógicas é uma

atribuição da supervisão escolar, podendo a orientação educacional contribuir neste processo. Ressalto, também, que o/a orientador/a educacional não necessita estar dentro de sala de aula para efetivamente trabalhar com os estudantes – e aqui me refiro a estudantes público-alvo da educação especial e os estudantes que não são desta modalidade de ensino.

Os relatórios produzidos pelos profissionais de apoio – professores auxiliares de educação especial – também podem ser compartilhados com o/a orientador/a educacional, pois desta forma este profissional poderá compreender melhor sobre cada estudante da educação especial, pensando estratégias para melhorar a qualidade de aprendizagem destes estudantes.

Quanto à atribuição de “participar dos momentos coletivos de organização do trabalho pedagógico da unidade educativa, tais como: reuniões pedagógicas, colegiado de classe, planejamento, grupos de estudos, entre outros.” (FLORIANÓPOLIS, 2021, p. 28), parece importante a relação entre os três profissionais – OE, AEE e professor auxiliar.

O/A orientador/a educacional – bem como o professor do atendimento educacional especializado e o professor auxiliar de educação especial – acompanhar os momentos coletivos, como reuniões, colegiados, planejamentos, grupos de estudo, também ajuda neste processo de compreender o cenário de cada estudante da educação especial e assim pensar em estratégias para garantir uma aprendizagem de qualidade, também promovendo a inclusão destes estudantes. Acredito que aqui é possível incluir os demais profissionais da escola, promovendo formações a respeito da educação especial, acessibilidade, principais políticas que garantem estes estudantes dentro da escola.

Pensar em práticas coletivas, garante de forma mais concreta a inclusão destes estudantes, e dos demais, dentro das escolas comuns, não somente pelos professores mas por todo o corpo pedagógico, gestores, orientadores, diretores e todos os profissionais que trabalham na escola de maneira geral.

Retomando o quadro, na parte das atribuições do/a orientador/a educacional, são as que encontrei mais abertura para dialogar. Em boa parte das atribuições da orientação educacional conseguimos incluir reflexões a respeito dos estudantes público-alvo da educação especial. Ou seja, foi interessante perceber isso com relação à OE, mas o contrário foi mais difícil – não conseguimos dialogar muito com as atribuições da educação especial relacionando-as com a orientação educacional e

isto pode ser um ponto a se refletir aqui: será que a orientação educacional é uma profissão que está mais aberta ao diálogo e ao trabalho coletivo do que o atendimento educacional especializado?

Numa das atribuições afirma-se que cabe à OE:

Coordenar a elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de projetos, planos, programas e outros, objetivando o atendimento e acompanhamento do/da estudante, no que se refere ao processo ensino e aprendizagem, bem como, o encaminhamento dos/das estudantes a outros/outras profissionais, se necessário. (FLORIANÓPOLIS, 2021, p. 28).

A passagem chamou a minha atenção, uma vez que menciona o encaminhamento dos/das estudantes a outros/outras profissionais, quando necessário. Considero que aqui também se refere aos estudantes da educação especial para avaliação de algum diagnóstico e/ou para o atendimento educacional especializado.

“Assumir uma postura ética e respeitosa com as crianças” (FLORIANÓPOLIS, 2019) significa respeitar verdadeiramente as diferenças que existem entre uma criança e outra – e aqui não me refiro somente às crianças público-alvo da educação especial, até porque a inclusão não contempla somente a este público, porém ressalto que deve-se haver práticas respeitosas para com os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, visto que, muitas vezes, são sujeitos menosprezados e estigmatizados na escola. Muitas vezes, há um discurso sobre eles como incapazes, que nunca conseguirão aprender a ler e escrever, ou que nunca conseguirão ingressar em uma universidade, devido suas limitações – sejam elas, mentais, comportamentais ou físicas. Contudo as limitações são limitações, não são impedimentos ou impossibilidades. Cada estudante – seja da educação especial ou não – possui um tempo e um modo de aprender que são diferentes uns dos outros.

Em síntese, ao longo da seção tentei demonstrar o que encontrei nos documentos, que permitiram identificar como o trabalho da orientação educacional está colocado na RMEF para com os estudantes com deficiência, com TEA e com altas habilidades/superdotação, e reflexões trazidas a partir das atribuições de tais profissionais, buscando promover ações pedagógicas tendo em mente a qualidade na aprendizagem dos educandos, levando sempre em consideração os seus diferentes contextos.

Atualmente, na prática, atuando em uma escola básica municipal aqui de Florianópolis, percebo que a orientação educacional se preocupa sim com os estudantes da educação especial, mesmo que nesta pesquisa eu não tendo localizado nenhum documento determinando que essa ação deva ocorrer. A orientação educacional está atenta em como acontece a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial e leva em consideração o contexto em que o mesmo está inserido. Preocupa-se em inserir estes estudantes em momentos coletivos, seja nas atividades propostas dentro da sala de aula regular, ou nos momentos de brincadeira no parque. Ou seja, percebo e vejo na prática uma preocupação e práticas da orientadora na direção do que aqui pesquisei. Assim, está sendo interessante vivenciar isso tudo, bem no momento de fechamento desta pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi uma tentativa de encontrar uma possível relação entre o trabalho da orientação educacional para com os estudantes público-alvo da educação especial, sendo que busquei identificar esse trabalho, principalmente, via documentos da RMEF e a partir dos profissionais que atuam na OE e com a modalidade da educação especial.

Começo discorrendo do desafio em encontrar materiais que abordassem desta possível relação, ou melhor dizendo, que tratassem sobre o trabalho da orientação educacional e da educação especial de forma conjunta, na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Diante da ausência de documentos que contemplasse a questão de forma explícita, o que foi possível de se fazer foi dialogar com as atribuições dos profissionais destas duas áreas.

Os documentos da RMEF estudados nesta pesquisa que apresentam o trabalho da orientação educacional e do AEE foram os editais de concurso e processos seletivos, onde foi possível compreender as atribuições de cada profissional e compará-las, a fim de buscar a relação da OE para com os estudantes da EE. Esse é um dado muito relevante, pois são documentos referentes à seleção de candidatos, para posterior contratação de profissionais e não da proposta pedagógica da Rede.

Elencar as atribuições do/a orientador/a educacional, do professor do AEE e do professor auxiliar de educação especial e fazer a comparação das três identificando as aproximações e os distanciamentos foi crucial para identificar esta relação e foi onde encontrou-se mais abertura para que tal atividade pudesse ser realizada, sendo o que provavelmente acontece. Dito de outra forma, não posso afirmar que não exista trabalho integrado entre profissionais da escola, em especial da OE e do AEE, com relação aos alunos da educação especial pelo fato de não ter achado documentos com menção explícita à questão. Mas, ao não ser dito, pode abrir precedentes para que a OE não se sinta corresponsável por esses alunos em especial, deixando a responsabilidade para os professores do AEE e os professores auxiliares de educação especial.

No decorrer da análise dos documentos percebi que as atribuições do/a orientador/a educacional e do professor do AEE aproximam-se, principalmente pelo

fato de que as duas profissões têm em vista que os educandos tenham um processo de aprendizagem de qualidade. Contudo não é possível afirmar como se dá a relação entre os profissionais mencionados, uma vez que esta relação não está posta em nenhum documento e para compreender os limites, ou até mesmo dificuldades que possam existir nessa relação demandaria uma outra pesquisa, dialogando com outros profissionais e não somente os profissionais da orientação educacional e os da educação especial.

Durante a análise, três pontos me chamaram a atenção e acredito que há mais aproximação entre esses profissionais, sendo eles:

- Articulação com o professor de sala de aula, profissionais da área clínica, com profissionais das instituições especializadas conveniadas, visando informações que complementam o AEE e assessoramento/acompanhamento às unidades educativas de abrangência;
- Assumir uma postura ética e respeitosa com as crianças, estudantes, pais e os demais profissionais;
- Participar dos momentos coletivos de organização do trabalho pedagógico da unidade educativa, tais como: reuniões pedagógicas, colegiado de classe, planejamento, grupos de estudos, entre outros.

Destaco esses pontos, pois eles se repetem, em alguns momentos, nas atribuições das profissões analisadas – orientador/a educacional, professor do AEE e professor auxiliar de EE – tanto nos documentos de editais de concurso e processos seletivos, bem como na produção acadêmica da área, em especial por Ferreira (2012), ainda que esteja colocado em outras palavras.

Para além do exposto, cabe retomar o caminho percorrido na pesquisa. Comecei conhecendo um pouco sobre a história da orientação educacional no Brasil. Este movimento foi importante para que conseguisse entender todo o contexto dessa profissão no nosso país, e também, compreender um pouco de suas atribuições, funções e objetivos. A OE é uma profissão que tem o aluno como centro, procurando ajudá-lo no seu processo de aprendizagem, levando em consideração todo o contexto em que o mesmo está inserido. Contudo, seu trabalho nem sempre foi assim. A profissão, no começo de sua história, era tida como aquela que resolveria todos os problemas dos educandos, ou melhor dizendo, estava atenta ao ‘aluno-problema’. Era

um serviço de cunho psicológico, terapêutico e corretivo. Além ainda de estar ligada ao mercado de trabalho – auxiliava os educandos a uma escolha profissional.

Já no que diz respeito à educação especial, a modalidade perpassa em todos os níveis, etapas e modalidades da educação formal. Tem como público-alvo estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O atendimento educacional especializado é um serviço desta modalidade de ensino, que acontece no contraturno da classe regular, complementar ao ensino regular. Sua oferta é obrigatória, mas a participação dos estudantes é optativa. Este serviço, visa promover as mesmas condições de acesso, participação e aprendizagem que os estudantes que não são da educação especial têm – há quem diga, estudantes “normais”²³.

Um dos recortes temáticos da presente pesquisa foi a Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Para tanto foi importante conhecê-la, principalmente no que se refere a educação especial e a orientação educacional. Quanto a esta segunda, não foram encontradas informações diferentes de suas atribuições divulgadas por pesquisadores da área em nível nacional.

Entre os resultados da pesquisa é que não existe um documento da RMEF que aborde sobre a relação da orientação educacional para com os estudantes da educação especial. Apesar disso, foi possível compreender o trabalho da orientação educacional e as possibilidades do seu trabalho para com esses estudantes. Fica em aberto conhecer e compreender os limites e dificuldades desta relação, pois demanda outro tipo de metodologia de pesquisa.

Na justificativa do trabalho relato um pouco de como me senti contemplada com o recorte temático escolhido. Após toda a pesquisa realizada, posso dizer que foi muito gratificante fazê-la. A formação referente a orientação educacional, no decorrer da graduação, praticamente não existiu, então conhecer esta profissão, desde a sua história até seus objetivos e atribuições dentro da escola, foi muito interessante e importante para a minha formação acadêmica. Relacionar esta profissão com a educação especial – uma modalidade de ensino que me encanta a cada dia e a cada momento – foi ainda mais interessante e muito instigador.

²³ Não devemos utilizar o termo “normal” para nos referirmos aos estudantes que não são da educação especial, isto dá a ideia de que os estudantes da educação especial são “anormais”. Precisamos desconstruir esse discurso. Estudantes são estudantes, independente de como se dá seu processo de aprendizagem.

Mesmo não sendo possível atingir todos os objetivos da pesquisa, foi possível compreender o trabalho da orientação educacional e as possibilidades dele para com os estudantes da educação especial.

A partir de agora fica o desejo de continuá-la, compreender mais da história e de como acontece diariamente sua prática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei nº 1.190 de 04 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 01 de junho de 2023.

BRASIL. Decreto-lei nº 42.728 de 03 de dezembro de 1957. Institui a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42728-3-dezembro-1957-381323-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 24 de julho de 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 30 de maio de 2023.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm Acesso em 30 de maio de 2023.

BRASIL. Lei nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968. Provê o exercício da Profissão do Orientador Educacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5564.htm Acesso em 30 de maio de 2023.

BRASIL. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 30 de maio de 2023.

BRASIL. Decreto-lei nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm Acesso em 30 de maio de 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em 30 de maio de 2023.

BRASIL. Decreto-lei nº 72.846, de 26 de setembro de 1973. Regulamenta a lei Nº 5.564/68. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d72846.htm Acesso em 30 de maio de 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> Acesso em: 01 de junho de 2023.

BRASIL, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf> Acesso em: 01 de junho de 2023.

BRASIL, Resolução nº4, 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf Acesso em: 01 de junho de 2023.

BRASIL. Censo Escolar. Homepage. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados> Acesso em: 01 de junho de 2023.

BRASIL. Declaração de Salamanca, 10 junho de 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 01 de junho de 2023.

BRASIL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos, Conferência de Jomtien - 9 de março de 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990> Acesso em: 01 de junho de 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Homepage 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama> Acesso em: 01 de junho de 2023.

BENTES, Marcele de Souza. O papel do orientador educacional como agente de integração entre escola, família e aluno. 2009. 45 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pedagogia, Universidade Candido Mendes, Borba/Am, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa; HONNEF, Cláucia; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, p. 359-379, 2016.

BUENO, José Geraldo Silveira. As políticas de inclusão escolar: Uma prerrogativa da educação especial?. Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise. Tradução. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2008.

BUGONE, Ana Claudia; DALABETHA, Andiará; BAGNARA, Ivan Carlos. O orientador educacional e seus desafios no contexto escolar. **Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai-IDEAU**, v. 11, p. 23, 2016.

CASANOVA, Letícia Veiga; FERREIRA, Valéria Silva. A relação escola-família nos documentos da política para a educação básica: que relação se induz?. **Educação**, v. 44, n. 2, 2021.

FERREIRA, Giselle Coutinho. **Orientação educacional: um estudo sobre seu surgimento e suas atribuições**. 2009. 48 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pedagogia, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2009.

FERREIRA, Sony Cândido Caetano. **O desinteresse do educando: A ação do orientador educacional na reversão deste quadro**. 2012. 17 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pedagogia, Faculdade Redentor, Três Rios, Rio de Janeiro, 2012.

FLORIANÓPOLIS. Gerência de Educação Especial. Homepage. 2023. Disponível em:
<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=sobre+a+gerencia+de+educacao+especial> Acesso em: 01 de junho de 2023.

FLORIANÓPOLIS. Política de Educação Especial. Homepage. 2023. Disponível em:
<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=politica+da+educacao+especial&menu=14> Acesso em: de junho de 2023.

FLORIANÓPOLIS. Documentos Políticos e Legais. Homepage. 2023. Disponível em:
<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=documentos+politicos+e+legais&menu=14> Acesso em: 01 de junho de 2023.

FLORIANÓPOLIS. NÚMERO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA POR NÍVEL DE ENSINO - Dados I Semestre 2022. Disponível em:
http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/29_07_2022_10.38.30.e6b82433097087ebe2975c985da06b2f.pdf Acesso em: 01 de junho de 2023.

FLORIANÓPOLIS. Portaria nº 007/2014. Estabelece diretrizes para a contratação de professor auxiliar de educação especial na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Disponível em:
http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/22_01_2014_11.05.49.9f326e15b6235c2b8bdd1e869c091b6d.pdf Acesso em: 01 de junho de 2023.

FLORIANÓPOLIS. Portaria nº122/2016. Estabelece as diretrizes da Política de Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Disponível em:
http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/13_08_2019_15.52.25.f4a4e89982416dd0e7bf5d839e408eaf.pdf Acesso em: 01 de junho de 2023.

FLORIANÓPOLIS. Portaria nº359/2019. Define critérios para organização do quadro de vagas para lotação de servidores do magistério público municipal de Florianópolis e estabelece outras providências. Disponível em:
http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/10_10_2019_14.07.39.2af566f6bd9a227b283f4bd60a5dda1f.pdf Acesso em: 24 de julho de 2023.

FLORIANÓPOLIS. Documento Orientador da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Disponível em:
http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04_02_2010_17.44.19.3f30068a0d94e56ab4a18a5a8bb57f68.pdf Acesso em: 01 de junho de 2023.

FLORIANÓPOLIS. Relação de Polos Salas Multimeios na Rede de Ensino de Florianópolis - 2022. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/12_08_2022_10.03.45.3578806c8dc0d6326b8592c7a7d71e69.pdf Acesso em: 01 de junho de 2023.

FLORIANÓPOLIS. Cargos e Atribuições. Homepage. 2023. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=cargos+e+atribuicoes> Acesso em: 01 de junho de 2023.

FLORIANÓPOLIS. Concurso Público - Edital nº 003/2019. Disponível em: http://florianopolis.fepese.org.br/?go=download&arquivo=CONCURSO_PUBLICO_EDITAL_003_2019_MAGISTERIO.pdf&inline=1 Acesso em: 01 de junho de 2023.

FLORIANÓPOLIS. Processo Seletivo de Substitutos Edital nº 010/2019. Disponível em: http://substituto2020.fepese.org.br/?go=download&arquivo=Edital_010_2019_Processo_Seletivo_2020_Versao_Final.pdf&inline=1 Acesso em: 01 de junho de 2023.

FLORIANÓPOLIS. Processo Seletivo de Substitutos Edital nº 010/2021. Disponível em: https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/30_08_2021_11.43.59.6ed2c16a2449f7971c3f1260a52f00d2.pdf Acesso em: 01 de junho de 2023.

GIACAGLIA, Lia Renata Angelini; PENTEADO, Wilma Millan Alves. A Orientação Educacional e a Família do Aluno. In: GIACAGLIA, Lia Renata Angelini; PENTEADO, Wilma Millan Alves. **Orientação Educacional na Prática**: princípios, técnicas, instrumentos. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. Cap. 8. p. 63-76.

GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin (org.). **A prática dos orientadores educacional**. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin. **A orientação Educacional**: conflito de paradigmas e alternativas para a escola. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos; JANNUZZI, Gilberta Sampaio de Martino. Educação Especial como Política Pública: Um projeto do Regime Militar? **Aape Epa**, [s. l.], v. 27, p. 1-24, 03 jun. 2019. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/4479/2254> Acesso em: 24 julho 2023.

MATOSO, Bárbara. **Centro Nacional de Educação Especial (CENESP)**. 2022. Disponível em: <https://portalpioneiros.fae.ufmg.br/centro-nacional-de-educacao-especial-cenesp/#:~:text=O%20Centro%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o,vig%C3%A2ncia%20entre%201973%20e%201986> Acesso em: 24 julho 2023.

MEC. **Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/30000-uncategorised/68731-historico-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil> Acesso em 30 de maio de 2023.

MEDEIROS, Emerson Augusto de; ARAÚJO, Osmar Hélio Alves; SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. O curso de pedagogia no Brasil: uma análise sobre sua história e identidade (1939–2019). **Interfaces da Educação**, v. 12, n. 34, p. 561-588, 2021.

MICHELS, Maria Helena; CARNEIRO, Maria Sylvania Cardoso; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. O caráter conservador da perspectiva inclusiva na educação especial: as salas multimeios na rede municipal de Florianópolis. **Revista Cocar**, v. 6, n. 11, p. 17-28, 2012.

OLIVEIRA, Anna Karollina de Souza. et al. Gestão, Coordenação e Orientação Educacional: trabalho integrado para o bom funcionamento da escola/Management, Coordination and Educational Guidance: integrated work for good operation school. **Revista Pesquisa & Criação**, v. 10, n. 1, p. 51-66, 2011.

OLIVEIRA, S. C. **O soroban no ensino/aprendizagem da matemática na perspectiva de um aluno cego**. 2016. Tese de Doutorado. Dissertação 2016. (Mestrado em Ensino Ciências e Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ORTH, M.R.B. A orientação educacional seus limites na política educacional. In: Fórum Sul de Coordenadores de Pós-Graduação em Educação - ANPED/II, 1999, Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 1999. v.1. p.294.

PICOLINI, Beatriz Ribeiro Aleluia; FLORES, Maria Marta Lopes. Trajetória da Educação Especial no Brasil: Marcos históricos e políticos relevantes. **Mediação**, Pires do Rio, v. 15, p. 206-214, 2020 Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/mediacao/article/view/10520> Acesso em: 24 de julho de 2023.

PASCOAL, Miriam. O orientador educacional no Brasil: uma discussão crítica. **Póiesis pedagógica**, v. 3, n. 3 e 4, p. 114-125, 2006.

PATTO, Maria Helena Souza. Políticas atuais de inclusão escolar: reflexão a partir de um recorte conceitual. Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise. Tradução. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2008.

PELOSI, Miryam Bonadiu; NUNES, Leila Regina d'Oliveira de Paula. Caracterização dos professores itinerantes, suas ações na área de tecnologia assistiva e seu papel como agente de inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 15, p. 141-154, 2009.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista de Educação do IDEAU**, v. 5, n. 12, p. 1-13, 2010.

SANTA CATARINA. Núcleo de Educação Especial (NEESP-SC), 2021. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/documentos/cadernos-sobre-as-diversidades-e-os-temas-que-os-compoem/7379-caderno-politica-de-educacao-especial-neesp> Acesso em: 01 de junho de 2023.

SCHREIBER, Dayana Valéria Folster Antonio. **Política Educacional, trabalho docente e alunos da modalidade educação especial: um estudo nos anos iniciais do ensino fundamental**. 2012. 239 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

TOCANTIS, Estado do. **PROPOSTA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO ESTADO DO TOCANTINS**. Orientação Educacional: Uma ação humana no contexto escolar. [201?]. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8764758-Proposta-da-orientacao-educacional-no-estado-do-tocantins-orientacao-educacional-uma-acao-humana-no-contexto-escolar.html> Acesso em 30 de maio de 2023.

TRESINARI, Eliani Moraes. **Orientação educacional: perspectivas atuais**. 2009. 36 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pedagogia, Universidade Candido Mendes, Niterói, 2009.

VAZ, Kamille. **O professor de educação especial nas políticas de perspectiva inclusiva no Brasil: Concepções em disputa**. 2013. 237 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

VAZ, Kamille. **O projeto de professor para a educação especial: Demandas do capital para a escola pública no século XXI**. 2017. 281 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

VIEIRA, Jéssica de Souza. **O papel da orientação educacional no processo de ensino e aprendizagem**. 2015. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/196581/Jessica%20de%20so%20viera.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 jun. 2023.

APÊNDICES

Apêndice A - Quadro 5 - Levantamento documental referente a orientação educacional na RMEF

NOME	ANO	AUTORIA	TIPO	DO QUE SE TRATA	LINK	DATA DE ACESSO
Cargos e Atribuições		PMF		Detalhamento das atribuições de cada profissional que atua na escola	https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=cargos+e+atribuicoes	02/08/2022
RESOLUÇÃO CME nº.01/2015	2015	CME	Resolução	Fixa normas para a Autorização de Funcionamento de Unidades Educativas Municipais do Ensino Fundamental, do Sistema Municipal de Ensino de Florianópolis.	http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/21_10_2015_14.48.54.a3bd60aed9ac00cdb8bca5f9f256db17.pdf	02/08/2022
Edital nº 010/2021	2021	PMF	Edital	Orientações para inscrição no processo seletivo para substitutos	https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/30_08_2021_11.43.59.6ed2c16a2449f7971c3f1260a52f00d2.pdf	08/08/2022
Edital nº 005/2015	2015	SME/SME	Edital	Torna público que fará realizar concurso simplificado de remoção e ampliação da jornada de trabalho para membros efetivos do magistério público municipal, ocupantes do cargo de Orientação Educacional	http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/08_06_2015_11.27.47.3a4fc3e2a897f0449c69fdc05dd4ab93.pdf	08/08/2022

Apêndice B - Quadro 6 - Levantamento documental referente a educação especial na RMEF

NOME	ANO	AUTORIA	TIPO	DO QUE SE TRATA	LINK	DATA DE ACESSO
Cargos e Atribuições		PMF		Detalhamento das atribuições de cada profissional que atua na escola	https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=cargos+e+atribuicoes	02/08/2022
RESOLUÇÃO Nº 6, DE 8 DE MAIO DE 2020	2020	MEC e FNDE	Resolução	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/13_04_2021_17.57.11.e42c68d89f12625e5cd a2bc682f3d356.pdf	02/08/2022
RESOLUÇÃO Nº 01, de 17 de novembro de 2021	2021	CME	Resolução	Dispõe sobre alterações na Resolução CME nº 01/2015, que “fixa normas para a Autorização de Unidades Educativas Municipais do Ensino Fundamental, do Sistema Municipal de Ensino de Florianópolis”.	http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/02_08_2022_13.03.11.c302f020323a1c76adf8f22a4af5447a.pdf	02/08/2022
RESOLUÇÃO Nº 01, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017	2017	CME	Resolução	Parágrafo único. As Instituições de Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Florianópolis, por meio de ações compartilhadas entre Educação, Saúde e Assistência Social, devem garantir o atendimento educacional especializado gratuito às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/03_04_2018_11.29.55.7c7f67e4c5476b124d7b109d3b0cef0f.pdf	02/08/2022
RESOLUÇÃO CME nº.01/2015	2015	CME	Resolução	Fixa normas para a Autorização de	http://www.pmf.sc.gov.br/arquiv	02/08/2022

				Funcionamento de Unidades Educativas Municipais do Ensino Fundamental, do Sistema Municipal de Ensino de Florianópolis.	os/arquivos/pdf/21_10_2015_14_48.54.a3bd60aed9ac00cdb8bca5f9f256db17.pdf	
Resolução nº01/2010	2010	CME	Resolução	Art. 6° A Rede Municipal de Ensino oferecerá atendimento educacional especializado a todos os estudantes com necessidades educacionais especiais, seguindo os documentos orientadores da Secretaria Municipal de Educação e toda a legislação vigente sobre o assunto.	http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/pdf/22_05_2012_9_08.50.019c95ff9d1068a4104bfd5a5dce780a.pdf	02/08/2022
RESOLUÇÃO CME nº. 01/2009	2009	CME	Resolução	Parágrafo único. A criança com deficiência será atendida nas Instituições de Educação infantil, respeitando as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial.	http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/pdf/31_05_2012_15_28.00.feaf6ad114e73e5e84c385bdeeed8f7e.pdf	02/08/2022
Plano Municipal de Educação	2015 - 2025			Documento que reúne/ organiza informações referentes ao sistema municipal de ensino de Florianópolis	http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/pdf/27_04_2021_12_28.18.eee526bdc62ac5b29d67260638c86c68.pdf	02/08/2022
Portaria nº 122/2016	2016	Secretaria Municipal de Educação	Portaria	Estabelece as diretrizes da política de educação especial da rede municipal de ensino de Florianópolis	http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/pdf/25_08_2016_10_48.44.5b1ffb8a61e252ca2ea91ed43dab8cb2.pdf	05/08/2022
Portaria nº 007/2014	2014	Secretaria Municipal de Educação	Portaria	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE	http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/pdf/22_01_2014_11_05.49.9f326e15b6235c2b8bdd1e869c091b6d.pdf	05/08/2022

				FLORIANÓPOLIS.		
Manual do Servidor	2011	Diretoria de Administração Escolar	Manual	Facilitar a compreensão das principais características a respeito do Serviço Público Municipal de Florianópolis	https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/29_04_2011_19_09.00.e2e258ec60c355258936ba7b88b15864.pdf	05/08/2022
Edital nº 010/2021 (Processo Seletivo)	2021	PMF	Edital	Orientações para inscrição no processo seletivo para substitutos	https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/30_08_2021_11.43.59.6ed2c16a2449f7971c3f1260a52f00d2.pdf	08/08/2022
Edital 007/2022 (Processo Seletivo)	2022	PMF	Edital	Orientações para o Processo Seletivo Simplificado Emergencial para substitutos 007/2022	https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/10_05_2022_17.33.03.1b7c7d4e015b339924a62ba4e19d37f8.pdf	08/08/2022
Edital nº 003/2019 (Concurso)	2019	SME	Edital	Orientações para o Concurso Público	https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/12_08_2019_11.15.39.61e0d455c1f97a038a0a7d8ed462cfd9.pdf	08/08/2022
Edital nº 008/2022 (Concurso - Remoção Cargo de Professor de Educação Especial)	2022	SME/SMA	Edital	Torna público que fará realizar concurso de remoção e ampliação da jornada de trabalho para servidores efetivos do magistério ocupantes do cargo de professor de Educação Especial	https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/02_06_2022_15.56.29.f74b0ad8f55bbe19fc0a152cf2a15a28.pdf	08/08/2022
Relatório de Atividades – Gerência de Articulação de Pessoal	2013 - 2016	EQUIPE DA GERÊNCIA DE ARTICULAÇÃO DE PESSOAL GAP - 2016 (GAP)	Relatório de Atividades	Referente a Educação Especial, relata um pouco a contratação de substitutos para o cargo	http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/pdf/19_12_2016_1136.45.f9789bc432de6ffbe9b9d14e823773af.pdf	15/08/2022
Relatório de Atividades – Gerência de	2013 - 2016	EQUIPE DE GERÊNCIA DE	Relatório de Atividades	Formação para a Educação Especial	http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/pdf/	15/08/2022

Formação Permanente		FORMAÇÃO PERMANENTE (GEPE)			19_12_2016_11_37.14.6cbaa34ccc0528f0d5462db097d87060.pdf	
Resolução nº 01 de outubro de 2017	2017	CME	Resolução	Fixa normas para a Educação Infantil no âmbito do Sistema Municipal de Ensino do Município de Florianópolis, Santa Catarina (deficiência)	https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18_04_2018_16.04.06.210f838ecce966c863b23c3318d550af.pdf	15/08/2022
Diretriz Curricular para a educação básica da RME de Fpolis/SC	2015		Diretriz Curricular		https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/25_05_2015_13.21.19.a8cfbc1ba45502447185ee928a98ce06.pdf	15/08/2022
ERER	2016		Matriz Curricular	qualificar as ações pedagógicas para que possamos acolher nossos estudantes em suas integralidades.	https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/27_09_2019_720.09.e37692d403fcdcd97a84c5c7aa507172.pdf	16/08/2022
Portaria nº 033/2021	2021	PMF SME DEI	Portaria	Organização e funcionamento das unidades educativas	https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/25_06_2021_10.37.52.a1c7330b9dae34ffb6d58cb5edb4e1c1.pdf	16/08/2022
Diretoria de Educação Fundamental		Raquel Regina Zmorzenski Valduga Schöninger (diretora)		Página informativa, referente a DEF, objetivos, diretrizes, atribuições, eixos (está em word)	https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educacao/index.php?cms=so-bre+a+diretoria+de+educacao+fundamental&menu=13&submenuid=253	17/08/2022
Caderno de atenção básica: Saúde na escola	2009	- MINISTÉRIO DA SAÚDE Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Atenção		Informações referentes a relação da saúde com a educação	http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/15_12_2010_1544.53.3c2712601c9cdba54f7719f3611fa2a1.pdf	17/08/2022

		Básica				
Resumos das ações prioritárias para 2019	2019			Trata de projetos realizados no Ensino Fundamental		17/08/2022
Resolução nº 01/2010	2010	CME	Resolução	Fixa normas para o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, Santa Catarina.	http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/pdfs/11_07_2011_12_50.49.7a0271f876a2810273c759afb8664688.pdf	17/08/2022
Proposta curricular da RME de Florianópolis-SC (2008)	2008				http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/pdfs/09_04_2018_14_01.14.62a2765c21e81be772971fd729542791.pdf	23/08/2022
Desafios Metodológicos para a formação dos/das profissionais da educação	2016	Claudia Cristina Zanela Ana Regina Ferreira de Barcelos (organizadoras)	Livro da PMF	Textos com temáticas diversas, referente a formação continuada de profissionais da educação	http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/pdfs/23_06_2017_11_07.03.a4d4e13e18ff0703794aa8927245f059.pdf	23/08/2022
Proposta Curricular da RME de Florianópolis-SC (2016)	2016				http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/pdfs/23_06_2017_11_13.21.b097b0d2d26af5819c89e809f8f527a2.pdf	23/08/2022
Decreto Legislativo nº 186, de 2008	2008	Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal	Decreto	Convenção sobre o direito das pessoas com deficiência (aprovação do texto)	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/CONGRESO/DLG/DLG-186-2008.htm	23/08/2022
Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009	2009		Decreto	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/deceto/d6949.htm	24/08/2022
Política Nacional de Educação	2008	Grupo de Trabalho da Política			http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc	24/08/2022

Especial na perspectiva da Educação Inclusiva		Nacional de Educação Especial			especial.pdf	
Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011	2011		Decreto	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem limite	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/deceto/d7612.htm	24/08/2022
Resolução nº 4 de 2 de outubro de 2009	2009	Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação		Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.	http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf	24/08/2022
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015	2015		Lei	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm	24/08/2022
Proposta Curricular de Santa Catarina Formação Integradora da Educação Básica (2014)	2014			No que diz respeito a educação especial, traz um panorama geral do que é essa modalidade, bem como a explicação sobre o AEE	http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/pdf/13_08_2019_14_51.41.a1bf2391216db39c89bc3072dc00d9b4.pdf	24/08/2022
Educação Especial e Educação Inclusiva				Aborda um pouco alguns conceitos referentes a educação especial, bem como seu público alvo e o que é o Atendimento Educacional Especializado (AEE)	http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educacao/index.php?cms=educacao+especial+na+educacao+inclusiva&menu=14	07/09/2022
Política Educação Especial (estrutura)				Explicação ao que se refere a estrutura da Educação Especial e a atribuição dos professores auxiliares de educação especial	http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educacao/index.php?cms=politica+da+educacao+especial&menu=14	07/09/2022

Apêndice C - Quadro 7 - Documentos referente a contratação de profissionais da OE e da EE na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis

Orientação Educacional	Educação Especial
<p>Edital – Processo Seletivo para Substitutos 2019 (para o ano letivo de 2020) http://substituto2020.fepese.org.br/?go=download&arquivo=Edital_010_2019_Processo_Seletivo_2020_Versao_Final.pdf&inline=1</p>	<p>Edital – Processo Seletivo para Substitutos 2019 (para o ano letivo de 2020) http://substituto2020.fepese.org.br/?go=download&arquivo=Edital_010_2019_Processo_Seletivo_2020_Versao_Final.pdf&inline=1</p> <p>Portaria 007/2014 (Estabelece diretrizes para a contratação de professores auxiliares de E.E) http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/22_01_2014_11.05.49.9f326e15b6235c2b8bdd1e869c091b6d.pdf</p>
<p>Edital – Processo Seletivo para Substitutos 2021 (para o ano letivo de 2022) https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/30_08_2021_11.43.59.6ed2c16a2449f7971c3f1260a52f00d2.pdf</p>	<p>Edital – Processo Seletivo para Substitutos 2021 (para o ano letivo de 2022) https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/30_08_2021_11.43.59.6ed2c16a2449f7971c3f1260a52f00d2.pdf</p>
<p>Edital – Concurso Público nº 003/2019 http://florianopolis.fepese.org.br/?go=download&arquivo=CONCURSO_PUBLICO_EDITAL_003_2019_MAGISTERIO.pdf&inline=1</p>	<p>Edital – Concurso Público nº 003/2019 http://florianopolis.fepese.org.br/?go=download&arquivo=CONCURSO_PUBLICO_EDITAL_003_2019_MAGISTERIO.pdf&inline=1</p>
<p>Cargos e Atribuições https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=cargos+e+atribuicoes</p>	<p>Cargos e Atribuições https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=cargos+e+atribuicoes</p>

Apêndice D - Quadro 8 - Atribuições dos profissionais da OE e da EE previstas na RMEF

ATRIBUIÇÕES DA Orientação Educacional (FPOLIS, 2022)	ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA Educação Especial (FPOLIS, 2022)
<ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para o acesso e a permanência de todos/as estudantes na escola; - Mobilizar os/as professores/as para a qualificação do processo ensino e aprendizagem; - Considerar, nas questões curriculares, as condições materiais de vida dos/das estudantes (se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos/das estudantes); - Participar da articulação, elaboração e reelaboração de dados da comunidade escolar; - Participar junto à comunidade escolar na criação, organização e funcionamento das instâncias colegiadas, tais como: Conselho de Escola; Associação de pais e professores (APP), Grêmios Estudantil e outros; - Contribuir para o desenvolvimento do autoconceito positivo do/da estudante (à construção de sua identidade pessoal e social); - Participar junto com a comunidade escolar no processo de elaboração, atualização do Regimento Escolar e utilização deste; - Coordenar o processo de escolha de representantes de turma (estudantes, professor/a); - Coordenar a elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de projetos, planos, programas e outros; - Coordenar, junto com aos/às professores/as, o processo de sistematização e divulgação das informações sobre o/a estudante; - Participar da análise qualitativa e quantitativa do rendimento escolar (reduzir os índices de evasão e repetência); - Visar o redimensionamento da ação pedagógica (identificando e analisando as causas e acompanhando os estudantes com dificuldades na aprendizagem) – com a ajuda dos professores (docentes); - Coordenar o processo de orientação profissional; - Realizar e promover pesquisas de estudos; - Ética profissional; - Acompanhar e avaliar o estagiário em Orientação Educacional; - Desenvolver outras atividades conforme o decreto 72.846/73; - Lei nº5.564/68 regulamenta a profissão de Orientação Educacional; - Cumprir e fazer cumprir o código de ética do orientador educacional; - Realizar outras atividades correlatas com a função. 	<p>PROFESSOR AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizar atividade de locomoção, cuidados pessoais e alimentação de estudantes com deficiência; - Contribuir para a participação destes estudantes com os demais colegas; - Auxiliar o estudante com TEA, na organização de suas atividades escolares; - Auxiliar os estudantes com deficiência ou TEA na resolução de tarefas funcionais; - Conduzir o estudante para as aulas de Educação Física, envolvendo-o nas atividades coletivas; - Trabalhar em parceria e de forma articulada com o professor de sala de aula e professor da sala multimeios; - Elaborar relatórios sobre o estudante que acompanha; - Assumir uma postura ética e respeitosa com os estudantes, famílias e os demais profissionais da comunidade escolar; - Participar dos momentos coletivos de organização do trabalho pedagógico da unidade educativa, tais como: reuniões pedagógicas, colegiado de classe, planejamento, grupos de estudos, entre outros; - O professor Auxiliar de Educação Especial poderá atender um ou mais estudantes com deficiência, conforme, o caso, de acordo com a Portaria 007/2014. <p>PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Caberá a atuação no Atendimento Educacional Especializado – AEE. (Estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação) - Elaboração de estudo de caso, identificando as necessidades específicas e as habilidades desses estudantes; - Elaboração e execução do Plano de AEE (atendimento aos estudantes/ organizando o tipo e a frequência de atendimentos); - Produção de materiais e recurso acessíveis; - Indicação de materiais para aquisição; - Acompanhamento do uso dos recursos em sala de aula; - Orientação às famílias, professores e colegas de turma; - Articulação com o professor de sala de aula, profissionais da área clínica, visando informações que complementam o AEE; - Assumir uma postura ética e respeitosa com estudantes, famílias e os demais profissionais e participar das discussões educativas/ pedagógicas propostas pela unidade educativa e pela Secretaria Municipal de Educação; - Caberá ter conhecimento das noções básicas de informática;

	<p>- Portaria 122/2016.</p>
<p>Processo Seletivo (2021):</p> <p>- Não consta nenhuma informação diferente.</p>	<p>Processo Seletivo (2021): PROFESSOR AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – PROFISSIONAL DE APOIO</p> <p>- Na ausência do estudante, o professor auxiliar de educação especial deverá seguir as atribuições de professor auxiliar conforme previsto na legislação em vigor;</p> <p>- Articular com os professores regentes e professores de educação especial a acessibilidade das atividades propostas</p> <p>PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (Atendimento Educacional Especializado e Sala Multimeios):</p> <p>- Não consta nenhuma informação diferente.</p>

Figura 2 - Print da Homepage da PMF na qual foi feito o levantamento documental

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Carta de Serviços Editais Prefeitura Estrutura Transparência Parque Urbano e Marina Aprova Digital Floripa Mais Emprego PROCON ONLINE AGENDAMENTO ONLINE

Secretaria Municipal de Educação

AULAS DO MUNDO REAL
Livros da SME

EDUCAÇÃO INFANTIL
INFORMAÇÕES DE MATRÍCULAS ED. INFANTIL
INSCRIÇÕES E MATRÍCULAS

ENSINO FUNDAMENTAL
TRANSFERÊNCIAS E MATRÍCULAS ED. FUNDAMENTAL

PROCESSO SELETIVO
RESULTADOS E INFORMAÇÕES

EDUCAR NO VERÃO
INSCRIÇÕES PROGRAMA EDUCAR NO VERÃO
MATRÍCULAS

07 MAR 2023
EDUCAÇÃO
Voz da liberdade: no Dia da Mulher, professora dedica poema à Antonieta de...

03 MAR 2023
EDUCAÇÃO
Foram iniciados os preparativos para a 14ª Semana Municipal do Livro Infan...

02 MAR 2023

01 MAR 2023
EDUCAÇÃO
Estudantes da rede de municipal de Florianópolis vão criar apps

27 FEV 2023
EDUCAÇÃO
Prefeitura de Florianópolis amplia salas multimídias

24 FEV 2023
EDUCAÇÃO
"Ladrilhando com mosaico" aproveita materiais descartáveis para produz...

Tabela 2 - Número de matrículas da educação especial em 2022 no Brasil

ANEXO II												
Os resultados referem-se à matrícula inicial na Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio (incluindo o médio integrado e normal magistério), e na Educação de Jovens e Adultos presencial Fundamental e Médio (incluindo a EJA integrada à educação profissional) da Educação Especial, das redes estaduais e municipais, urbanas e rurais em tempo parcial e integral e o total de matrículas nessas redes de ensino.												
Os resultados são apresentados por Unidade da Federação, em ordem alfabética, segundo os municípios.												
Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial											
	Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)										EJA	
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial	
	Creche		Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental	Médio
Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral			
BRASIL												
Estadual Urbana	83	37	1.613	46	46.669	3.226	152.723	24.657	141.266	32.953	13.467	16.058
Estadual Rural	4	1	98	0	3.084	119	8.748	680	7.188	1.137	820	702
Municipal Urbana	22.670	23.259	77.343	9.850	303.135	29.611	181.826	19.575	877	210	36.290	166
Municipal Rural	2.674	1.030	8.738	831	49.298	7.267	38.638	6.685	91	7	8.183	16
Estadual e Municipal	25.431	24.327	87.792	10.727	402.186	40.223	381.935	51.597	149.422	34.307	58.760	16.942

Tabela 3 - Número de matrículas da educação especial em 2022 em Florianópolis

ANEXO II												
Os resultados referem-se à matrícula inicial na Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio (incluindo o médio integrado e normal magistério), e na Educação de Jovens e Adultos presencial Fundamental e Médio (incluindo a EJA integrada à educação profissional) da Educação Especial, das redes estaduais e municipais, urbanas e rurais em tempo parcial e integral e o total de matrículas nessas redes de ensino.												
Os resultados são apresentados por Unidade da Federação, em ordem alfabética, segundo os municípios.												
Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial											
	Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)										EJA	
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial	
	Creche		Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental	Médio
Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral			
FLORIANOPOLIS												
Estadual Urbana	0	3	0	3	324	1	332	1	282	14	2	7
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	149	87	217	97	411	17	269	26	0	0	29	0
Municipal Rural	1	3	3	4	14	1	7	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	150	93	220	104	749	19	608	27	282	14	31	7